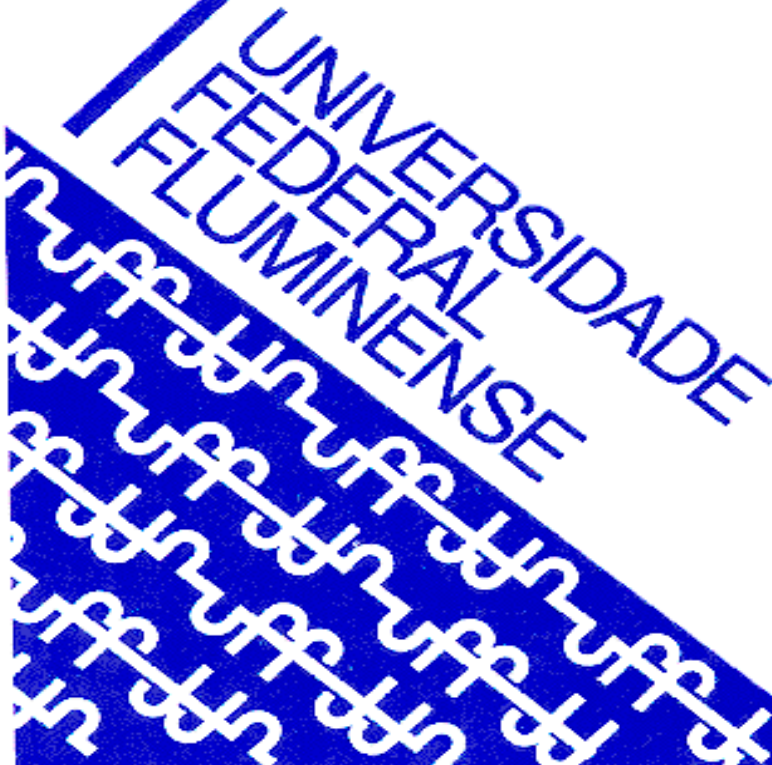


MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PURO – PÓLO UNIVERSITÁRIO RIO DAS OSTRAS

LISETE REIS MARTINS

Atendimento Educacional Especializado em São Pedro da Aldeia:  
Desenvolvimento educacional e Social para Pessoa com Deficiência Auditiva



Rio das Ostras  
1º Semestre/2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PÓLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS**  
**DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Atendimento Educacional Especializado (AEE) em São Pedro da Aldeia:  
Desenvolvimento Educacional e Social para a Pessoa com Deficiência Auditiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por:

**LISETE REIS MARTINS**

Professora Orientadora:

**Marina Monteiro de Castro e Castro**

Rio das Ostras, junho de 2011

Lisete Reis Martins

Atendimento Educacional Especializado em São Pedro da Aldeia:  
Desenvolvimento Educacional e Social para a Pessoa com Deficiência Auditiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Rio das Ostras, como requisito de obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Ms.MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO -Orientadora  
UFF – Pólo Universitário Rio das Ostras

---

Ms.PAULA MARTINS SIRELLI  
UFF – Pólo Universitário Rio das Ostras

---

Dr. RANIERI CARLI  
UFF – Pólo Universitário Rio das Ostras

Rio das Ostras, junho de 2011

**Para meus pais Irte e Djair  
por me ensinarem os primeiros  
passos e por me darem asas  
para eu poder voar.  
Para vocês o meu muito obrigada.**

## AGRADECIMENTOS

Existe momentos na vida que é necessário poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas e conseqüentemente fica também a obrigação de realizar os agradecimentos.

Agradecimento porque este não é um trabalho isolado, ele requer a colaboração de muitos.

Colaboração daqueles que direta ou indiretamente participaram. Colaboradores que incentivaram meus estudos, aqueles que se privaram de minha presença e entenderam a minha ausência no lar, que tinha a meta de estar na faculdade para o meu desenvolvimento, são os professores e os orientadores que tiveram sua participação direta neste trabalho e meus pais que são meus maiores incentivadores.

A todos, sem citar nomes, pois me repreenderia se omitisse alguns nomes que merecem estar nesta galeria de meus **“queridos colaboradores”**.

A todos o meu muito obrigado.

## **HINO AO SURDO BRASILEIRO**

Astério de Campos

Em nossa Pátria queremos  
Dos surdos a Redenção;  
Aos surdos todos levemos  
As luzes da educação  
Não mais o ensino antiquado  
Nos simples dedos das mãos;  
Com um processo avançado  
Salvemos nosso irmão!

Oh! Felizes os que aprendem,  
Sem poderem mesmo ouvir;  
Com olhos a fala entendem,  
Na esperança de Porvir!  
Os surdos podem falar:  
Aos surdos não faltam Voz  
Avante, Mestres, avante!  
Com orgulho prazenteiro,  
Lidemos, a todo o instante,  
Pelo surdo brasileiro!

Oh! Felizes os que aprendem,  
Sem poderem mesmo ouvir;  
Com os olhos a fala entendem;  
Na esperança de Porvir!

“É tal a força da solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmos por compreender o passado, se nada sabemos do presente”.

March Bloch (1987)

## LISTA DE SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>Cademe</b>	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.
<b>Cenesp</b>	Centro Nacional de Educação Especial.
<b>CESB</b>	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação.
<b>CIF</b>	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
<b>CNEC</b>	Campanha Educacional para a Educação dos Cegos.
<b>CORDE</b>	Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
<b>Dese</b>	Departamento de Educação Supletiva e Especial
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IBC</b>	Instituto Benjamin Constant.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos.
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguro Social
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Base da Educação
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PcD</b>	Pessoa com Deficiência
<b>PPD</b>	Pessoa Portadora de Deficiência
<b>Seesp</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>Seneb</b>	Secretaria Nacional de Educação Básica
<b>Seesp</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>I CAPÍTULO HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E UMA BREVE DEFINIÇÃO CONCEITUAL</b>	
1.1 - As Pessoas com Deficiência da Antiguidade à Modernidade.....	15
1.2 - Conceituando Deficiência.....	22
1.3 - A Realidade das Pessoas com Deficiência no Brasil.....	25
1.4 – Legislações Brasileiras e as Especificidades das Pessoas com Deficiência.....	27
1.5 - Deficiência Auditiva e Educação.....	31
1.5.1 Causas da Deficiência Auditiva e Potencialidades das Pessoas com Deficiência.....	32
1.6 – Educação Especial e Deficiência Auditiva.....	36
<b>II CAPÍTULO EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA</b>	
2.1 – História do Surgimento da Cidade de São Pedro da Aldeia.....	41
2.2 – Políticas de Educação para Pessoas com Deficiência no Município.....	43
2.3 – NESPE.....	46
2.3.1 – Particularidades do NESPE.....	47
2.3.2 – Caracterização dos Alunos.....	48
2.4 – Educação da Pessoa com Deficiência auditiva e Sociedade.....	49
2.5 – Educação e Sociedade.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	63
<b>ANEXOS</b> .....	67





















## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Atendimento Educacional Especializado em São Pedro da Aldeia: Desenvolvimento Educacional e Social para Pessoa com Deficiência Auditiva”, constitui-se como exigência do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras -RIR, do Curso de Serviço Social de Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Rio das Ostras, sendo um dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

A escolha da temática de estudo passou por duas motivações: uma pessoal, a partir da experiência de ter na família uma pessoa com deficiência e vivenciar questões de diversas ordens: dificuldade de inserção nas políticas públicas, direitos direcionado à pessoa com deficiência, participação social, dentre outros; e uma acadêmica: a inserção no Curso de Serviço Social que me possibilitou aprofundar no estudo das expressões da questão social relacionada a garantia dos direitos sociais.

Além do interesse pela investigação da trajetória das pessoas com deficiência na sociedade, houve também o questionamento sobre a inserção destas pessoas na educação, nas relações sociais, bem como do desempenho da modalidade de ensino direcionada a este segmento da sociedade no município de São Pedro da Aldeia.

O objetivo deste estudo é promover o debate sobre a inserção das pessoas com deficiência auditiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE), observando a realidade de São Pedro da Aldeia em relação ao AEE, suas ações e público atendido, buscando ouvi-los e desenvolver um perfil a partir dos dados coletados. Dessa forma, este estudo busca contribuir levando informações sobre as pessoas com deficiência e a educação com o intuito de aprofundar a temática.

As pessoas com deficiência físicas, auditiva, visuais, mentais ou múltiplas, muitas vezes não estão incapacitadas para as atividades cotidianas, assim como para o trabalho, mas por apresentar alguma dessas deficiências são rotuladas e estigmatizadas socialmente.

As deficiências são visualizadas pela sociedade como desvantagens, uma vez que as pessoas com deficiência não desempenham funções de trabalho justamente por falta de políticas adequadas a essa necessidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que 610 milhões de pessoas no mundo possuem algum tipo de deficiência. Desse total 80% se encontram em países em desenvolvimento e 386 milhões fazem parte da população economicamente ativa. No Brasil o percentual de pessoas com deficiência é de 14,5% da população, o que corresponde a 24,5 milhões de pessoas, cuja média de empregabilidade é de 2,05% (IBGE, 2000<sup>1</sup>).

Como podemos observar nos números acima, o total de pessoas com deficiência é muito grande e não nos permite que deixemos passar despercebida essa população que, na maioria das vezes, são vistas com preconceitos.

Para desenvolver este trabalho foi feito uma exposição de autores pertinentes ao tema, como por exemplo, Corrêa (2005), Sasaki (2006), Skliar (2005), dentre outros, além de abordagens a pessoas com deficiência auditiva, alvo particular de minha observação, no NESPE, escola direcionada ao Atendimento Educacional Especializado – AEE – localizada no município de São Pedro da Aldeia.

A partir do momento que fiz o delineamento do objeto de minha pesquisa para o trabalho de conclusão de curso busquei aprofundar meus estudos sobre essa temática da educação especial. Inicialmente, procurei compreender como está sendo desenvolvida a educação no município, a metodologia usada no desenvolvimento da educação especial, o espaço reservado para o trabalho e os ganhos com a implementação do AEE.

Para tanto busquei fundamentar minha discussão principalmente em Quadros (1997), que considera a LIBRAS como parte dessa metodologia educacional uma vez que ela é a língua materna da pessoa com deficiência auditiva e o chamado bilingüismo, como proposta de ensino nas escolas para o acesso dos alunos às duas línguas e Skliar (2005), que também vê a LIBRAS como uma proposta educacional eficaz para o aluno com deficiência auditiva uma vez que permite sustentar um projeto educacional mais amplo. Além de garantir o direito a língua de sinais uma vez que esta língua é a primeira língua conhecida pela criança surda.

A partir dessa perspectiva comecei minha investigação. O trabalho foi iniciado com a observação das atividades realizadas nas pastorais de surdos do município, participação em

---

<sup>1</sup> O critério utilizado pela primeira vez nessa pesquisa do IBGE foi o da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), recomendado pela OMS. De acordo com esse conceito, 14,5% da população brasileira apresentam alguma deficiência física, mental ou dificuldade para enxergar, ouvir ou locomover-se, sendo uma porcentagem superior às pesquisas dos Censos anteriores, de 2%. Essa diferença se deu em função da mudança de instrumento de coleta de dados, referendada pela OMS e não por um aumento da incidência de deficiências.

seminários e encontros de pessoas com deficiência auditiva. Nestes momentos, pude observar comportamentos e a conversação. Também lancei mão de uma pesquisa bibliográfica que pudesse sustentar a análise feita por mim, bem como de um questionário estruturado de abordagens qualitativas que pudesse construir resultados capazes de me permitir analisar a realidade destes alunos no desempenho educacional e social.

Concomitante à construção do arcabouço teórico, foi empreendida uma pesquisa de campo realizada no NESPE, a fim de conhecer os serviços prestados por essa unidade de ensino da prefeitura de São Pedro da Aldeia, especialmente no que se refere a qualidade de ensino desenvolvida, ganhos e desempenho dos alunos tanto educacional quanto social.

A técnica escolhida foi a da entrevista, por meio de questionário estruturado (ANEXO), com abordagens qualitativas, a fim de analisar a realidade destes usuários na inserção ao Atendimento Educacional Especializado.

Outro ponto de esclarecimento se dá no que se referem às dificuldades encontradas no decorrer do trabalho de campo, tais como: a falta de conhecimento da língua de sinais por minha parte e a necessidade de um intérprete para o desenvolvimento das entrevistas com os alunos com deficiência auditiva. Porém acredita-se que essas questões não comprometeram o resultado final do trabalho, porque foi possível, através das falas dos entrevistados me aproximar da realidade com relação à educação e ao convívio social das pessoas com deficiência auditiva.

O estudo foi estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo foi realizado um levantamento da história das pessoas com deficiência, dos conceitos de deficiência e da realidade da população brasileira, abordando leis e especificidades direcionadas a essas pessoas. Também fiz uma breve abordagem sobre a questão da educação especial. Para o levantamento dessas questões foram utilizados os conceitos dos autores Corrêa (2005), Quadros (1997) e Sasaki (2006), dentre outros.

No segundo capítulo procurei caracterizar as particularidades do NESPE –Núcleo de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade - e destacar a política de educação para pessoa com deficiência no município bem como a caracterização de seus alunos. Também procurei distinguir os ganhos para essa parcela da população aldeense em termos de educação especial. Uma vez que a proposta da Secretaria Nacional de Educação é de uma política educacional que

acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando construir políticas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (MEC/SEESP)<sup>2</sup>.

Espera-se contribuir com esse estudo aprofundar a temática em uma contribuição às políticas públicas e na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

---

<sup>2</sup> Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 07 de junho de 2011.

## **CAPÍTULO I HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E UMA BREVE DEFINIÇÃO CONCEITUAL**

NA atualidade discute-se muito sobre as questões relacionadas às Pessoas com Deficiência (PcD), debatendo-as em âmbito mundial e nacional – nos conselhos de direito, conferências, encontros, seminários, instituições públicas, dentre outros. Durante muito tempo essas pessoas ficaram excluídas do mercado de trabalho, da vida escolar, etc., inclusive da participação em movimentos que buscam discutir questões que envolvem sua participação social.

As modificações que aconteceram em relação às pessoas com deficiência, principalmente conceitos e idéias, começaram a partir de

Atitudes relacionadas às pessoas com deficiência e a própria convivência em sociedade que só se efetivou a partir de lutas em prol das pessoas com deficiência, na busca de uma melhora na qualidade de suas vidas e de conquista de direitos básicos e fundamentais como saúde, educação trabalho, etc. O acesso a estes, no entanto, não é completo, já que o modo de produção capitalista exclui boa parte da população mundial do acesso a bens, serviços, a riqueza, preconizando a deficiência, a produtividade, a individualidade, etc. (SILVA, 2008, p.12).

Uma das mudanças ocorridas em relação às pessoas com deficiência foi a modificação dos termos usados para designá-las, uma vez que estes são mutáveis e considerados mais adequados de acordo com os valores e conceitos que transmitem, dependendo de cada sociedade e época. As mudanças de termos, conceitos e paradigmas, no decorrer dos tempos, são necessárias na medida em que a utilização de conceitos inapropriados ou carregados de preconceito pode-se reforçar e manter o uso de idéias e informações equivocadas sobre as pessoas com deficiência. Para melhor entender a situação das pessoas com deficiência hoje é necessário que se faça uma retrospectiva na história. Para que isto seja possível devemos nos remeter a um passado histórico traduzido por diferentes culturas.

Várias são as formas de deficiências encontradas e cada uma possui necessidades específicas. Dentre as deficiências mais comuns estão as deficiências mentais, físicas auditivas, visuais e múltiplas, além de outras.

As deficiências sempre foram enfrentadas de várias formas no decorrer dos tempos, porém, historicamente falando, podemos notar que este enfrentamento se dá de acordo com as condições políticas, econômicas e culturais de uma determinada época.

## 1.1 – As pessoas com deficiência da Antiguidade à Modernidade

Para compreender a história das deficiências é necessário conhecer o seu passado histórico e para isso realizado um resgate de como a deficiência foi tratada em diferentes épocas.

Os Romanos, na Antiguidade<sup>3</sup>, estabeleciam práticas de afogar crianças que nasciam com deficiência. Apesar de ter se desenvolvido e evoluído em vários aspectos, como por exemplo, no que diz respeito às leis e avanços na medicina. “As leis romanas, àquela época proibiam a morte intencional de crianças com menos de três anos de idade exceto no caso de a criança ter nascido com alguma mutilação ou ser considerada monstruosa. Para casos como esses, a lei previa a morte ao nascer” (SILVA, apud CORRÊA, 2005, p. 11).

Crianças que nasciam com outras deficiências, mas não tão severas eram abandonadas, com futuro incerto, com um mínimo de possibilidade. Algumas morriam por não ter condições de sobreviver outras quando encontradas por pessoas pobres eram resgatadas e usadas por estas pessoas para esmolar, o que era muito comum naquela época<sup>4</sup>.

Já na Grécia antiga, o corpo era cultuado e por isso, as crianças com deficiências não eram aceitas em sociedades, uma vez que os corpos tinham que ser atléticos e perfeitos. Assim, para não serem sacrificadas, as crianças com deficiências eram muitas vezes escondidas em lugares secretos.

Em Atenas, quando uma criança nascia era celebrada uma festa para que fosse apresentada aos parentes, amigos e aos deuses; Quando não acontecia a comemoração era sinal de que a criança não sobreviveria. Importante destacar que quando a criança nascia com deficiência, cabia ao pai o extermínio do próprio filho.

Em Esparta as crianças com deficiência eram consideradas subumanas e por essa razão também eram abandonadas ou eliminadas ao serem jogadas em precipícios<sup>5</sup>.

Havia também outra forma de se tratar a pessoa com deficiência. Se em alguns lugares elas eram mortas, em outros eram consideradas “possuídas pelo demônio”, e necessitavam de ser purificadas.

---

<sup>3</sup> Marco inicial da Antiguidade é o nascimento da escrita 4000 a.C. a Antiguidade inclui a Era Cristã, iniciada no ano 1 d. C.

<sup>4</sup> Quando os esmoladores chegavam ao ponto de raptar crianças e mutilá-las para fins de exploração nas ruas, templos e lugares públicos, uma vez que na Roma Antiga a esmola chegou a ser um negócio muito rendoso, ao ponto de crianças serem raptadas e mutiladas para servirem como pedintes nas praças e ruas de Roma.

<sup>5</sup> Esta prática com as crianças acontecia em Esparta, por volta do século IV a.C.



Os sentimentos em relação aos deficientes se tornaram, durante muito tempo, muitas vezes ambivalentes, misturando piedade e rejeição, cuidados e abandono, perseguição e proteção. Para alguns, os deficientes possuíam alma, mas sem virtudes, demonstrando a grande dificuldade que as culturas da época tinham para entender as diferenças entre as pessoas e, principalmente, para lidar com elas

No fim da Antiguidade, essa visão começa a mudar. Com o cristianismo, o deficiente passou a ter alma e, assim, não podia ser eliminado, abandonado ou maltratado porque isso seria inaceitável à moral cristã. “Agora eles eram filhos de Deus e seres humanos como todos os outros (CORRÊA, 2005, p.13).

Na Idade Média, ainda segundo Corrêa (2005), devido ao crescimento urbano ocorrido, houve uma piora dos cuidados com a saúde e a higiene na maioria das cidades. As populações que residiam nestes locais ficaram sem infra-estrutura e sem recursos para a saúde e tiveram que conviver com o medo das epidemias e ‘doenças mais sérias’<sup>6</sup>, que eram consideradas sinais da ira celeste ou castigo de Deus. “A crença em magias e feitiços, o fato de se atribuírem a existência de doenças e deformidades à ira de Deus ou presença do demônio tornaram a benzedura e os ritos misteriosos de exorcismo uma prática constante na vida da população mais pobre” (CORRÊA, 2005. p. 14). O misticismo era presença forte no seio da população pertencente a essa camada mais pobre, além da utilização de medicamentos de produtos naturais o que reforçava o misticismo envolvendo a deficiência.

O deficiente físico ou sensorial passou a viver em situação de extrema pobreza, pois este ambiente em que vivia só lhe permitia, quando muito, os recursos das esmolos que recebia.

Do final da Idade Média a início da Idade moderna, segundo Corrêa (2005), a Inquisição Católica<sup>7</sup> sacrificou centenas de milhares de pessoas entre loucos, adivinhos, deficientes mentais ou considerados endemoniados. Esta atitude expressava um comportamento de pura superstição em relação às pessoas com deficiência.

No século XVI, principalmente durante a Reforma Protestante - movimento reformista cristã iniciado por Martinho Lutero que propôs uma reforma do catolicismo – houve a quebra da unidade da Igreja Católica, período que ficou marcado pela noção de culpa, responsabilidade e intolerância. Esta visão, considerava o homem despossuído de razão a ser tratado de forma pejorativa como se este fosse um ser possuído pelo demônio, um ser do mal. Este movimento

---

<sup>6</sup> As doenças mais sérias eram: Hanseníase, Peste Bubônica, Difteria e Influenza que devastaram a Europa e, durante vários séculos da Idade Média, deixaram para os sobreviventes grandes seqüelas.

<sup>7</sup> Antigo tribunal eclesiástico instituído para investigar e punir crimes contra a fé católica (séculos XIV, XV, XVI).

contribuiu para o surgimento de várias seitas religiosas. “A teoria de Lutero<sup>8</sup> concebeu o deficiente de forma igualmente primária e tendenciosa – “afogá-lo” ou “orar por ele” foram utilizadas como práticas eficazes e morais. Esse era o modelo de visão medieval do problema” (CORRÊA, 2005, p. 18).

Ainda no século XVI, os médicos Paracelsus<sup>9</sup> e Cardano<sup>10</sup> deram início a idéia de que as pessoas com transtorno mental eram um problema médico, o que ocorria devido a alguma fatalidade de ordem hereditária ou congênita, os quais eram chamados de cretinos, idiotas ou amentes, com pouca possibilidade de educação ou recuperação. Segundo eles “caberia aos médicos, e não ao clero, a decisão sobre a vida e o destino dessas pessoas” (CORRÊA, 2005, p.19).

Por volta do século XVII, isto é, quase cem anos depois, os deficientes começaram a receber assistência das instituições religiosas. As organizações Irmãs de Caridade e São Vicente de Paulo<sup>11</sup> foram responsáveis por estas assistências.

Entre os séculos XVII e XVIII o atendimento hospitalar se desenvolveu no sentido de atender as pessoas com deficiência, através de uma assistência especializada em ortopedia para os mutilados de guerra e para aqueles que apresentavam cegueira e surdez.

Por volta de 1800, ao desempenhar um trabalho em um asilo de “surdos-mudos”, Itard<sup>12</sup> centralizou seu conhecimento no estudo da gagueira, educação oral e audição.

No século XIX as deficiências passaram a ser vistas como diferenças e não mais como anormalidade, magia ou sobrenatural. A pessoa com deficiência passou a fazer parte da responsabilidade da sociedade, principalmente nos países europeus, onde a preocupação se estendeu, significativamente, levando em consideração as condições nas quais essas pessoas viviam e eram tratadas, o que levou a preocupação e ao debate sobre o assunto.

Ainda no século XIX, segundo Silva (2008), as deficiências ainda eram compreendidas como “diferença” e passaram a fazer parte da responsabilidade da sociedade. Dessa forma teve início uma maneira específica de tratar as pessoas com deficiência. Tendo em vista as condições

---

8 Martin Lutero (1483 – 1546). Foi o responsável pela doutrina religiosa que levou o seu nome (Luteranismo).

9 Philipus Theophrastus Bombastus Von Hohenheim, dito Paracelsus. (Paracelso) (1493 – 1541). Médico e alquimista, considerava que traumatismo e doenças poderiam resultar em deficiência.

10 Jerônimo Cardano, (1501 – 1576). Filósofo, médico e matemático de renome.

11 Padre Vicente de Paulo (1581 – 1660). Fundador de instituições, na França, para crianças pobres, abandonadas, doentes e deficientes. Seu trabalho levou à criação de congregações religiosas como as Irmãs de Caridade.

12 Jean Marc Gaspard Itard (1774 – 1838). Médico e cirurgião reeducador de surdos. Autor de inúmeros trabalhos sobre gagueira, educação oral e audição. Fundador da otorrinolaringologia.

nas quais essas pessoas viviam, a sociedade passou a tratá-las de forma assistencialista, focada na bondade, caridade, inspirados pela filantropia.

Neste período, as instituições começaram a se especializar no atendimento de segmentos marginalizados. Em alguns países europeus como a Alemanha, por exemplo, passaram a ter estabelecimentos especializados para atender essas necessidades. A compaixão deu lugar ao respeito, apesar de a família ainda esconder seus parentes com deficiência em suas casas ou instituições especializadas, por não aceitação ou por não saberem lidar com eles.

A partir do século XX, como afirma Silva (2008), muitos avanços ocorreram em relação aos direitos e também as formas de ver as deficiências de vários seguimentos populacionais.

Dentre esses avanços o destaque se deu, sobretudo, em relação aos direitos e também as formas de compreender as deficiências, fruto de lutas sociais e progresso na medicina, assim como práticas de reabilitação das pessoas mutiladas de guerra. “Para encobrir esta situação foram introduzidas práticas de reabilitação física que objetivavam “acabar” com problemas psicológicos e sociais, visando possibilitar a reinserção social destas pessoas” (SILVA, 2008, p. 16).

Neste século, mais exatamente no ano de 1948, foram reafirmados os direitos de cada pessoa em reunião na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (ONU apud SILVA, 2008, p. 16).

Entre 1959 e 1975 houve um aumento no número de deficientes ocasionado pela ação da guerra entre Estados Unidos e Vietnã, o que não impediu de o capitalismo continuar pensando em progresso e em novos investimentos em armamento direcionado a essa finalidade. Esse contexto, segundo Silva (2008), provocou uma mobilização internacional, proporcionando uma intensificação dos movimentos pacifistas com a pregação da paz no mundo.

Em 1960, difundiu-se o movimento mundial de defesa dos “direitos das minorias”, tendo a integração social como uma alternativa para eliminar as excludências sofridas por pessoas com deficiência e também outros seguimentos. A integração social significava a inserção dessas pessoas nos sistemas sociais gerais como educação, trabalho, família, etc. Essa nova abordagem, segundo Silva (2008), teve como princípio a Normalização e o Mainstreaming,

A normalização consistia em adequação nas normas e ambientes constituídos (...) baseando-se na idéia de que a pessoa com deficiência tinha o direito de sentir e viver um

modo de vida padrão que seria considerado comum ou normal à sua própria cultura. Porém, caiu-se na questão de tornar “normal” a vida e a própria PcD. O Mainstreaming, na área educacional, significa oferecer aos alunos com deficiência a participação nos ensinamentos regulares de ensino, proporcionando uma educação parecida com os demais (SILVA, 2008. P. 17).

A partir da década de 1970 a ONU - e outros organismos (Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desenvolveram ações para atender propostas advindas da organização coletiva de pessoas com deficiência. A conferência da ONU abriu espaços para que pessoas com deficiência pudessem exercer sua cidadania através do exercício da garantia de direitos sociais básicos, políticos e econômicos em outras legislações, uma vez que a necessidade de suas elaborações não está sendo cumpridas de fato nas constituições (PASTORE, 2000).

Na década de 1980 o movimento de integração social tornou-se importante por ocasião de uma grande luta ocorrida em defesa das PcD, encabeçada por organizações das mesmas, e participação de vários atores sociais em um cenário de democratização da sociedade.

Foi então que em 1981, segundo Moreira (2005), por pressão das organizações de pessoas com deficiência, instituiu-se pela ONU o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o lema Participação e Igualdade Plenas, possibilitando mudanças expressivas com relação às lutas em prol das pessoas com deficiência, num movimento que se realizou mundialmente e representou um momento único no enfrentamento das necessidades das PcD. Também contribuiu para modificações nas condições de vida dessa parcela da sociedade uma vez que ultrapassou o modo estigmatizante e preconceituoso de como estas eram tratadas.

No Brasil, entre 1986 e 1996 aproximadamente, a expressão Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), frequentemente reduzida para portadores de deficiência, passou a ser utilizada acentuadamente.

No ano de 1986 surgiu no Brasil a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão vinculado ao Governo Federal tendo como objetivo estabelecer as diretrizes políticas efetivas, tendo em vista transformações sociais integrando Estado e sociedade civil num movimento conjunto sobre a problemática da deficiência. Este fato possibilitou maior engajamento das pessoas com deficiência nas políticas e na articulação sistemática com organismos estatais e sociais, o que segundo Silva (2008), garantia-lhes maiores oportunidades.

A autora ainda nos destaca que as políticas públicas para pessoas com deficiência surgem na década de 1970 e se consolidam nos anos 1990, porém as intervenções do governo são poucas se comparadas às ações da iniciativa privada no desempenho de atendimento especializado de apoio as PcD e familiares.

Dos anos 1990 até a primeira década do século XXI, ocorreram vários eventos mundiais destacando-se pela atuação da ONU, que provocou a produção de documentos com relação às pessoas com deficiência, principalmente dos anos 1990 até a primeira década do século XXI. Entre eles temos:

- 1990 - Declaração Mundial sobre Educação para Todos/ Unesco;
- 1993 – Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência / ONU;
- 1993 – Inclusão Plena e Positiva de Pessoas com Deficiência em Todos os Aspectos da Sociedade / ONU;
- 1994 – Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Educação para Necessidades Especiais / Unesco;
- 1999 – Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala) / OEA;
- 2001 – Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) / OMS, que substituiu a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades / OMS, de 1980;
- 2003 - Convenção Internacional para Proteção e promoção dos Direitos e dignidade das Pessoas com Deficiência / ONU;
- 2004 - Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual pela OMS – Opas (SASSAKI, 2003).

De acordo com Sasaki (2003), o termo “pessoa com deficiência”, faz parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovada recentemente pela assembléia Geral da ONU em 2006 e promulgada posteriormente através de lei nacional de todos os Países Membros.

Eis os princípios básicos para os movimentos chegarem ao termo “pessoas com deficiência”: 1-Não esconder ou camuflar a deficiência; 2- Não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência; 3- Mostrar com dignidade a realidade da deficiência; 4- Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; 5- Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com deficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se

preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (isto é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”); 6- Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo as diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas; 7- Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humanos e físicos contra as pessoas com deficiência) (SASSAKI, 2003).

Segundo Silva (2008), a partir da aprovação destes documentos, é observado que no decorrer dos anos foram debatidos e aprofundados o estudo, os conceitos e a afirmação dos direitos para a conquista da cidadania para a pessoa com deficiência, assim como a utilização da habilitação e a reabilitação, condição necessária para o trabalho e/ou outras convivências sociais que garantissem a equiparação de oportunidades, visando à inclusão social.

Vejamos a forma de tratamento dada a pessoa com deficiência e como ela se modificou:

Aleijado, defeituoso, incapacitado inválido. Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. a partir de 1981, por influencia do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a afunção de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa. (...). Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje (SASSAKI, 2002, P. 2

Nota-se que a compreensão das pessoas com deficiência passou por uma trajetória histórica, sendo excluídas da sociedade, contudo atualmente a perspectiva é a da efetivação de direitos. Este processo tem por objetivo solucionar questões e propor ações com o intuito de efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Na história das pessoas com deficiência é verificada a luta destes indivíduos, ao longo dos tempos, para conseguirem espaços e oportunidades na sociedade. É percebida também a tentativa de efetivação dos direitos dessas pessoas através de leis, decretos declarações, dentre outros. E assim,

As pessoas com deficiência enfrentaram e continuam enfrentando obstáculos, preconceitos e discriminações na sociedade e para alcançar conquistas e direitos, tiveram que lutar por eles. Dos primórdios da história, vistos como demoníacos até chegarem, atualmente à

condição de sujeitos de direito. Contudo, sabe-se que há ainda muito o que se fazer em torno da conquista da inclusão social das pessoas com deficiência em todo os âmbitos sociais (SILVA,2008, p. 24).

## **1.2 - Conceituando Deficiência**

Como exposto no item anterior a deficiência foi compreendida e analisada de forma diferenciada durante os vários momentos históricos. Por isso, é importante demarcar a conceituação de deficiência.

A concepção da deficiência pode ser entendida como algo que está inerente ao organismo e/ou no comportamento da pessoa identificada como deficiente, a sua delimitação em função de áreas supostamente distintas de comprometimento implicam automaticamente um modo específico de se lidar com as deficiências e as pessoas deficientes. Desta forma, criam-se nomes e categorias para especificar diferentes tipos de deficiência.

Segundo o Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e consolida as normas de proteção e dá outras providências, afirma em seu artigo 3º que, pessoas com deficiência são aquelas que apresentam, “(...) perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Além disso, refere-se a “(...) deficiência permanente sendo aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos (...)”. E por último, explica o que significa a incapacidade como: (...) uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, Decreto nº 3.298/1999b).

A deficiência física pode se apresentar de várias formas podendo ser parcial, como o comprometimento de um membro, por exemplo, ou total. Várias são as formas de comprometimento físico, e dentre eles podemos citar a paraplegia, monoplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, amputação, etc.

Quanto à deficiência auditiva temos aqueles com perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na seguinte forma: de 25 a 40 decibéis (db), surdez leve; de 41 a 55 db surdez moderada; de 56 a 70 db surdez acentuada; de 71 a 90 db surdez severa; acima de 91 db profunda.

Em tratando de deficiência visual temos o que chamamos de acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações (SANTOS, 2005, p. 52 apud BRASIL, Decreto n° 3.298/1999).

Segundo Santos, (2005, p. 38), na questão da deficiência mental o funcionamento intelectual é inferior a média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas tais como: comunicação, cuidados pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Independente dos termos utilizados a deficiência está presente em grande número da nossa sociedade. Fazer a distinção é muito importante para desenvolver políticas públicas que atendam todo esse contingente de pessoas. E é pensando nisso que Omote (1996), salienta que a distinção estabelecida nos serviços a serem prescritos para diferentes categorias de deficientes pode ser perversamente orientada por conceitos enviesados que as pessoas têm acerca de cada tipo de deficiente. Vejamos,

(...) a prática institucionalizada de cuidados com o deficiente é profundamente influenciada por concepções que localizam a deficiência no plano individual de cada pessoa reconhecida como deficiente e diferenciam as pessoas segundo categoria específica de deficiência à qual podem ser encaixada (OMOTE, 1996, p. 129).

Nesse sentido, podemos pensar que a deficiência existe, mas o seu grau de complexidade pode variar e influenciar nas possibilidades de desenvolvimento, e adaptação. Se formos pensar no deficiente visual nós pensamos no primeiro momento ser impossível para ele realizar inúmeras atividades mediante sua incapacidade de visualizar o que estão fazendo, o que não é verdade. Pensando nisso não podemos confundir deficiência com incapacidade, pois a “deficiência está ligada a possíveis seqüelas que restringiriam a execução de uma atividade enquanto que a incapacidade diz respeito aos obstáculos encontrados pelos deficientes em sua interação com a sociedade, levando-se em conta a idade, sexo, fatores sociais e culturais” (RIBAS, 2003, p. 10).



Contrariando esta formação de idéias e contradizendo a si mesma, esta sociedade exclui o que é considerado diferente, isolando pessoas que apresentam diferenças físicas e patológicas. A sociedade impõe padrão físico de perfeição, mas

É preciso perceber que a busca de um outro mundo, a busca de reconhecimento e identidade, está muito ligada a um processo social ambíguo e contraditório. As tensões familiares, profissionais, sociais, podem levar um indivíduo a apresentar “comportamento desviante”, estando ele à procura de um mundo cujos valores lhe sejam identificáveis. Nesta medida (...) não só o deficiente mental (em geral considerado como portador de baixo potencial intelectual) pode apresentar “comportamentos desviantes”. Há também pessoas não-deficientes mentais que, por serem imbuídas de várias tensões, podem apresentar os ditos “comportamentos divergentes” e assim serem consideradas “doentes mentais ou loucas (RIBAS, 2003, p. 20).

As deficiências como podemos perceber, tem sido conceituada de várias formas. Os conceitos postos à deficiência são vários e a discussão sobre eles se mostra pertinentes, pois de acordo com estatísticas colhidas nos últimos anos o número de pessoas com deficiência é muito grande: cerca de 10% da população mundial são pessoas deficientes<sup>13</sup>. A partir de um número tão grande de pessoas com deficiência chega o momento de pensar em questões como adequar e viabilizar os meios de locomoção e inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, aos meios de lazer de se sociabilizar igualmente as pessoas não deficientes.

Pode-se apontar dois motivos pelos quais alguns movimentos devem ser feitos. O primeiro é encontrar soluções adequadas para inserir muitas dessas PcD no mercado de trabalho, visto que, muitas delas têm condições de trabalhar bastando para isso meios que as conduzam ao local de trabalho bem como condicioná-las ao mercado de trabalho, pois “elas tem sido excluídas do mercado de trabalho por motivos como, por exemplo: falta de reabilitação física, e profissional, falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho” (SASSAKI, 2004).

O segundo é que faz-se necessário que se dê visibilidade a essas pessoas através de sua socialização em vários setores como, por exemplo, trabalho, lazer e educação para que elas sejam conduzidas a movimentar-se, se auto sustentar, de forma digna e elevando, com isso, sua auto-estima. É evidente que a grande maioria das PcD não podem trabalhar, mas uma outra soma dessa população podem e querem trabalhar e é nessa parcela que devemos pensar.

---

13 Fonte dessa estimativa, Organização Mundial de Saúde (OMS) ou a Organização das Nações Unidas (ONU), sem mencionar quando e onde ela foi publicada ( SASSAKI, 1998).

No Brasil, dos 9 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar, apenas 180.000 (2%) estão no mercado de trabalho. Nos EUA, a população em idade de trabalhar (21 a 64 anos) é composta por 159.131.544 pessoas, dos quais 30.553.796 (ou 19,2%) são pessoas com deficiência. Desses 30.553.796 pessoas com deficiência, 56,6% estão empregadas. Ou seja, há uma diferença de mais de 54% entre o Brasil e os EUA. Mesmo assim, os americanos com deficiência estão menos representados no mercado de trabalho em comparação com a população sem deficiência (dos 128.577.748 pessoas sem deficiência, em idade de trabalhar, 77,2% estão empregados (SASSAKI, 2004).

As desvantagens encontradas no mundo da deficiência trás com ela um percentual de isolamento das PcD e acanhamento tornando mais visíveis as amostras de discriminação dispensada pela sociedade; mas desde o momento em que a pessoa com deficiência é inserida de modo amplo na sociedade, presente em vários seguimentos e espaços, isso torna mais saudável para ela, pois as pessoas acostumam com facilidade às coisas que lhe parecem corriqueiras no seu dia-a-dia, tornando simples situações com as quais elas convivem habitualmente.

Dessa forma quando a PcD é posta a desempenhar funções sistemáticas, isso faz com que a sociedade perceba que ela seja iguais aos não deficientes, em se tratando de capacidade para o trabalho, sendo apenas um pouco mais lento durante o desempenho das funções.

Muitos foram os caminhos traçados para se chegar ao século XXI, discutindo a legislação, as conquistas, a escolarização, o mercado de trabalho e até a própria vida da pessoa com deficiência. Um exemplo bem marcante é o da questão da integração e as modificações nas concepções. "O atendimento, por exemplo, perde a condição assistencialista, a deficiência não é mais vista como doença, a abordagem passa de terapêutica para educativa, a intervenção não é mais nas incapacidades, mas nas potencialidades" (CANZIANI, 1993, P. 22).

### **1.3 - A realidade das Pessoas com Deficiência no Brasil**

Nos países periféricos existem cerca de 300 milhões de deficientes, de um total de 500 milhões no mundo inteiro. E como afirma a Rehabilitation International (entidade internacional de reabilitação, com sede em Nova York), "os deficientes do Terceiro Mundo são gente para quem as únicas condições de vida são a pobreza, a fome, a ignorância, a miséria e a falta de perspectiva" (RIBAS, 2003, P. 40).

No Brasil, segundo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em observação feita a partir da tabela seguinte, nota-se que no Brasil o número de deficientes é muito grande.

### *Deficientes no Brasil*

**Tabela 1**

<b>Tipo de deficiência</b>	<b>Visual</b>	<b>Motora</b>	<b>Auditiva</b>	<b>Mental</b>	<b>Física</b>	<b>Total de deficiências</b>
<b>Homem</b>	7.259.074	3.295.071	3.018.218	1.545.462	861.196	<b>15.979.021</b>
<b>Mulher</b>	9.385.768	4.644.713	2.716.881	1.299.474	554.864	<b>18.601.700</b>
<b>Total</b>	<b>16.644.842</b>	<b>7.939.784</b>	<b>5.735.099</b>	<b>2.844.936</b>	<b>1.416.060</b>	<b>34.580.721</b>

TABELA 1 – Número de deficientes no Brasil até 2000.

**Tabela 2**

	<b>Deficiências (A)</b>	<b>Deficientes (B)</b>	<b>Deficiências Múltiplas (A-B)</b>
<b>Homem</b>	15.979.021	11.420.544	4.558.477
<b>Mulher</b>	18.601.700	13.179.712	5.421.988
<b>Total</b>	<b>34.580.721</b>	<b>24.600.256</b>	<b>9.980.465</b>

(Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 2000*, nota 1)

De acordo com a tabela apresentada o censo indica um número de deficiência maior do que de deficientes, uma vez que as pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez, portanto, o número de pessoas que apresentam mais de uma deficiência é de quase 10 milhões. O que nos leva a pensar no porquê de tantas pessoas com deficiência.

Procurando salientar as causas desse número de pessoas com deficiência Ribas (2003, p. 40), nos chama a atenção para o fato de que “aqui no Brasil grande parte da população é subnutrida, o que leva à carência dos mais diversos tipos de proteínas e calorias, imprescindíveis para o organismo e par a geração de filhos sadios”. Ainda segundo o autor, a falta dessas vitaminas no organismo e as condições precárias podem levar à doença e deficiência. Este fato

nos leva a acreditar que as desigualdades sociais existentes em nosso país contribuem sistematicamente, para que haja um número expressivo de casos de deficiência em todas as suas formas de apresentação.

Apesar de haver um grande número de pessoas com deficiência em nosso país e de termos avançado muito em relação aos conceitos sociais, ainda hoje no Brasil, as pessoas continuam reproduzindo a discriminação em relação às pessoas deficientes e dessa forma marginalizando-as do mercado de trabalho, limitando sua participação no acesso a educação e convívio social em geral.

#### **1.4 - Legislações Brasileiras e as Especificidades das Pessoas com Deficiência**

A legislação é um dos meios mais importantes para acabar com a discriminação na sociedade, pois ela tem por finalidade proteger os direitos dos cidadãos. E em se tratando de inclusão das pessoas com deficiência é a legislação que pode contribuir para o fim da discriminação.

Corrêa (2005) nos lembra que conhecer a legislação é o que garante os direitos e possibilita avaliar as políticas públicas, assim como pensar sobre a história e a cultura do país, o que torna mais fácil o caminho para a construção de uma sociedade aberta às diversidades e à participação de todos.

Dentre muitas leis e políticas públicas destacarei neste trabalho a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/99); o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) e as Diretrizes e Nacionais para a Educação Especial na Educação.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência (DECRETO Nº 3.298/99) é um conjunto de orientações que tem como objetivo assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Portanto cabe ao poder público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive o direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, ao acesso à edificação pública, à habitação, ao transporte, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade e outros que propiciem e bem-estar pessoal, social e econômico.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (LEI N° 8.069/90) tem como tema a saúde, a família, o trabalho, a guarda, a justiça da infância e juventude, a infração, o lazer, o pátrio poder ao portador de deficiência.

Do Art. 53 ao 59 o Estatuto da Criança aborda a questão da educação objetivando promover e defender os direitos da criança e adolescente através de proteção integral no que diz respeito as políticas sociais básicas como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, profissionalização e outras consideradas direito de todos e dever do Estado, assim como as políticas assistenciais, as ações de assistência médica, psicológicas e jurídica às crianças vitimizadas e defesa jurídico-social das crianças e adolescentes envolvidos em situações com implicações legais.

Temos ainda o Plano Nacional de Educação<sup>14</sup> (LEI N° 10.172/01 que cumpre uma exigência da Constituição (1988), sendo reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), contendo em seu artigo 214 as leis que estabelecem o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Segundo Corrêa (2005), o Plano Nacional de Educação tem por objetivo, assegurar a continuidade das políticas educacionais e articular as ações da União, dos Estados e traduzir os princípios norteadores da educação nacional formulados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1998).

Em se tratando das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, podemos afirmar segundo Corrêa (2005), que em 15 de agosto de 2001 foi homologada a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. É importante frisar que a educação especial passa, a partir de então, a fazer parte da educação básica. Sendo assim, é traçado o caminho para estabelecer os meios legais para garantia da inclusão de alunos especiais em toda a Educação Básica.

---

14 O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962. Ele foi elaborado na vigência da primeira LDB (Lei 4.024/61). O Plano foi uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura e continha um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos.

As diretrizes sugerem o funcionamento de um setor responsável pela educação especial em todos os sistemas de ensino, devendo nortear-se pela educação inclusiva, conhecer as necessidades de atendimento e promover a acessibilidade, com a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a atuação de professores-intérpretes e com a disponibilidade de livros didáticos em braile. Os serviços de apoio pedagógicos utilizados devem ser implementados e contar com a elaboração de professores especializados e a identificação e avaliação das necessidades especiais (CORRÊA, 2005, p. 79).

A Constituição Federal (1988) dispõe de vários artigos que se destaca por conter aspectos importantes tanto para as pessoas com necessidades especiais como para a Educação Especial.

O conteúdo da Política de Educação Especial se fundamenta na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 5.692/71, com redação alterada pela Lei nº 7.044/82), no Plano Decenal de Educação para Todos/MEC (1993) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Potencialidades dos alunos; - incentivo à autonomia, cooperação, Na Política Nacional de Educação Especial, é enunciado um conjunto de objetivos que procura garantir o atendimento educacional da pessoa com necessidades especiais. Com relação aos objetivos específicos, a Política Nacional de Educação Especial – PNEE<sup>15</sup> – apresenta 45 itens, dos quais destacamos alguns a seguir-desenvolvimento global das espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades especiais; - integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade; - ingresso do aluno portador de deficiência e de condutas típicas em turmas do ensino regular sempre que possível; - provimento do sistema escolar com aparelhos específicos e recursos institucionais e tecnológicos de apoio educativo; - eliminação de barreiras físicas, ambientais e culturais; - apoio ao corpo técnico/docente de Educação Especial, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em torno da aprendizagem dos portadores de necessidades especiais; - desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho (CORRÊA, 2005, P. 67).

Podemos observar que pessoas com necessidades especiais ou não estão ocupando espaços de significativa importância na legislação. Sendo assim, encontramos na Constituição Federal (1988), a Política Nacional de Educação Especial (1994, o Plano Decenal de Educação

---

15 O objetivo geral da PNEE é servir como orientação do processo global de educação das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades, criando condições adequadas ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Temos por condutas típicas as manifestações de comportamentos típicos de pessoas com síndromes (conjunto de sintomas e de sinais provocado por um mesmo mecanismo e dependente de causas diversa) e quadros psicóticos, neurológicos ou psiquiátricos.

Elas ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social em grau que necessite de atendimento educacional especializado.

para Todos (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (1996), que vem atender as mais diferentes necessidades do povo brasileiro.

Somados aos programas e projetos do governo direcionado às pessoas com deficiência temos os benefícios da assistência social, e dentre eles encontramos o Benefício de Prestação Continuada – BPC, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pago pelo governo federal. Dentre as pessoas que tem direito ao BPC temos, além de outros, as pessoas com deficiência. Para tanto ela deverá comprovar que a renda do grupo familiar não ultrapasse a ¼ do salário mínimo e que sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho. Uma avaliação feita pela Assistência Social e pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. O valor do BPC é o de um salário mínimo pago por mês. O BPC é pago pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome.

Este Ministério cuida do Fundo Nacional de Assistência Social.

O BPC não é somente direcionado às pessoas com deficiência, mas também outros seguimentos como podemos ver a partir das anotações do Ministério da Educação.

Em se tratando de educação não podemos deixar de mencionar também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um programa que constitui uma garantia de renda às pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e às pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios para promover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, de acordo com a Lei N° 8.742/, de 07 de dezembro de 1993. Um programa de ação interministerial que envolve os Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com municípios, Estado e com o Distrito Federal, que tem por objetivo realizar o monitoramento e acompanhamento do acesso e da permanência na escola da pessoa com deficiência, beneficiárias do BPC, até 18 anos, por meio da articulação das políticas de educação, saúde e assistência social e direitos humanos da Presidência da República, instituído pela Portaria Interministerial N° 18, de 26 de abril de 2007 (BRASIL, 2009, P. 02).

Este benefício vem minimizar conflitos da necessidade de muitas pessoas com relação a questão material, um atenuante que em muitos dos casos vem suprir parte ou até mesmo em preencher a necessidade absoluta do básico indispensável na vida de muitas delas.

O quadro seguinte mostra as principais modificações apontadas pela autora.

<b>Abordagem</b>	<b>Visão Anterior</b>	<b>Visão Atual</b>
Enfoque	Patológico	Integração
Deficiência	Doença	Necessidade especial
Indivíduo	Excepcional/Deficiente	Pessoa com deficiência
Orientação	Terapêutica	Educativa
Intervenção	Incapacidade	Potencialidades
Cliente	Paciente	Sujeito do processo
Relação cliente-profissional	Tratamento	Acesso aos recursos disponíveis
Atendimento	Assistencialista	Garantia de direitos
Relação indivíduo-sociedade	Dependência	Emancipação

Fonte: Canziani, 1993, p. 23, com adaptação.

Conhecer a legislação que garante os direitos de todos possibilita a construção de uma sociedade aberta às diversidades e à participação de todos. A nossa legislação tem por finalidade garantir esses direitos, procurar mudar a atitude das pessoas e da sociedade no sentido do respeito à cidadania do deficiente. Na questão da deficiência auditiva existem programas e projetos que estão sendo desenvolvidos nesse sentido, os quais serão abordados no item seguinte.

### **1.5 – Deficiência Auditiva e Educação**

Neste item serão discutidas algumas particularidades da pessoa com deficiência auditiva; a importância da língua brasileira de sinais, tanto para o surdo quanto para quem convive com ela além da importância da educação. Esta sendo entendida como um dos pilares fundamental na vida sujeito e que no caso das pessoas com deficiência, é respaldada por uma legislação, a legislação brasileira que garante uma modalidade de ensino que vem atender as particularidades das pessoas com necessidades especiais e o que está sendo feito, nesse sentido no município de São Pedro da Aldeia.



### **1.5.1 Causas da deficiência auditiva e potencialidade das pessoas com deficiência**

A deficiência auditiva pode se apresentar em vários graus, desde o mais leve até o mais severo. Também várias são as causas, como as adquiridas, por exemplo, podemos citar: corpos estranhos, otites, tampões de cera, perfurações timpânicas, obstruções da Trompa de Eustáquio, envelhecimento a partir de 50 anos, traumatismos, intoxicações (uréia, colesterol, ácido úrico etc.), doenças infecciosas (febre, sífilis, caxumba, sarampo, etc.); distúrbios glandulares; deficiência de vitamina D dentre muito outras.

Considerando as necessidades de integração social da pessoa com deficiência, no Brasil, na década de 1980, o movimento de integração social ganhou relevância, sendo que neste período ocorreu uma grande luta pela defesa das PcD, encabeçadas por organizações das mesmas, com a participação de vários atores sociais em um cenário de democratização da sociedade. Esse movimento representa um reflexo das lutas dos brasileiros pela abertura política depois de mais de vinte anos de ditadura militar. A integração social significa que o indivíduo com algum tipo de deficiência deve se adaptar a sociedade e não o contrário. As transformações ocorridas na sociedade seriam superficiais, o esforço, como nas décadas anteriores, deveria vir da pessoa com deficiência. Contudo, a integração tende a disfarçar as limitações das PcD com o intuito de aumentar as chances de uma possível inserção social (MICCOLLIS E REIS, 2006).

Dentre os caminhos para a chamada inclusão social das PcD podemos citar a questão do conceito de independência que refere-se ao poder de decidir sem “depende” de outras pessoas, como, por exemplo, a família e profissionais especializados. O grau de independência depende da qualidade e quantidade de informações disponíveis para que a pessoa com deficiência possa tomar a melhor decisão, sendo também importante a sua autodeterminação e/ou prontidão para resolver as suas questões em determinadas situações (pessoais, sociais e econômicas). É por esses motivos que Sasaki (1999), nos sinaliza para o processo da inclusão social onde as pessoas pretendem transformar a realidade verificada hoje na sociedade. Para isso, é importante recuperar três conceitos inclusivistas: a autonomia, a independência e o empowerment.

O empowerment (empoderamento) é uma forma pela qual uma pessoa ou grupo de pessoas, utiliza o seu poder pessoal, com o objetivo de realizar escolhas e tomar decisões, assumindo o controle de sua vida. Esse poder pertence à pessoa desde o seu nascimento, por isso, não pode ser

outorgado. Contudo faz-se necessário que este empoderamento venha acompanhado de um respaldo nas políticas públicas para que ele seja de fato efetivado.

Em relação à independência, podemos analisar que as PcD auditiva são capazes de decidir e resolver suas questões sem a ajuda de outras pessoas. Pensando nisso devemos levar em conta as potencialidades dela possibilitando-a a manifestar sua espontaneidade e suas diferenças. Diferenças que não a torna inferior ou menos capaz, mas apenas diferente como todo ser humano. Nesse sentido Redondo (2001), salienta que as atitudes mais firmes que o surdo assume hoje, reivindicando seu espaço na sociedade, já começam a mostrar efeitos, como a criação de serviços de intérpretes, os programas legendados, a maior oferta escolar, o aumento do emprego e, enfim, sua maior valorização como pessoa.

Ao deficiente auditivo é necessário que este realmente lute pelos seus direitos uma vez que a sociedade cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, causando-lhes incapacidade a partir de uma falta de planejamento que seja adequada a receber pessoas com limitações. As políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas também formam barreiras a serem enfrentadas. Os discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria supostamente homogênea; sua quase total desinformação sobre deficiência e sobre direitos das pessoas que têm essa deficiência e suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana como nos lembra muito bem Sasaki (2006).

Esses conceitos são utilizados, mas sabemos que empoderamento, independência e autonomia não ocorrem sem garantia de direitos, de execução de políticas sociais pelo Estado que venham assegurar esse estado de bem-estar das pessoas com deficiência. Uma forma de respeito ao cidadão, estimulando-o na vida social, dando ênfase a sua significância na sociedade, para que ele tenha a garantia de um sistema de políticas que lhe proporcione a satisfação de seus anseios, aspirações. Permitindo que venha acreditar e defender, com veemência, seus direitos básicos.

Deficientes ou não deficientes, nós sabemos que a educação é o principal caminho para a autonomia do cidadão e pensando nessa importância que Charles Michel Eppée foi o pioneiro na educação de PcD auditiva. Ele foi o fundador da primeira instituição especializada em educação de surdos-mudos como a invenção do método de sinais, destinado a complementar o alfabeto manual. Seu trabalho teve grande projeção influenciando muitas pessoas, como nos apresenta, por exemplo, Corrêa (2005),

E para a autonomia das pessoas com deficiência auditiva, assim como outras

O inglês Thomas Braidwood (1715 – 1806) e o alemão Samuel Hernecke (1729 – 1790) que fundaram, em seus respectivos países, institutos para a educação de “surdos-mudos”. Hernecke inventou o chamado ‘método oral’ para ensinar os “surdos-mudos” a ler e a falar a partir dos movimentos dos lábios, que hoje é denominado “leitura labial” ou “leitura orofacial”. Este método se opõe ao ‘método de sinais’ de Eppée e, desde aquela época, já se discutia a validade de um em detrimento do outro (CORRÊA, 2005, p. 21).

Considerando que as pessoas com deficiência auditiva devam receber atendimento especializado, devemos nos ater em relação à educação dessas pessoas, pois o sucesso escolar depende de um bom planejamento baseado no diagnóstico relacionado ao grau e ao tipo de perda auditiva e com isso atender de modo amplo cada indivíduo para que ele se sinta menos discriminado no seu dia a dia.

Para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos e o aproveitamento no desenvolvimento educacional seja satisfatório é necessário lembrar que o aluno pode ser considerado parcialmente surdo ou surdo. No caso do aluno parcialmente surdo temos ainda, a surdez leve e a surdez moderada. Já no caso do aluno surdo temos a surdez severa e a surdez profunda<sup>16</sup>.

O grau da perda auditiva e do comprometimento lingüístico, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a Educação Especial são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento que deverá ser prescrito para o educando. Quanto maior for a perda auditiva, maiores serão os problemas lingüísticos e maior será o tempo em que o aluno precisará receber atendimento especializado (SANTOS, 2005. p. 134).

Para que a pessoa com deficiência auditiva tenha um bom desempenho na aprendizagem é necessário que tanto ela quanto quem a eduque tenha conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, principal meio de comunicação e inserção.

A língua de sinais, segundo Silva (2008), só foi considerada uma língua no Brasil em 24 de abril de 2002 quando o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a lei que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação entre surdos.

---

<sup>16</sup> Surdez leve: perda auditiva de até 40 decibéis; surdez moderada: perda entre 40 e 70 decibéis; surdez severa: perda auditiva entre setenta e noventa; surdez profunda: perda auditiva superior a 90 decibéis. Dados apresentados de acordo com as Portarias Internacionais nº 477 de 11/08/1977, e nº 186 de 10/03/1978.

Encontra-se disponível na rede mundial de computadores pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)<sup>17</sup>, texto que nos define a língua de sinais,

A LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental lingüísticos de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua (FENEIS apud SILVA, 2008, p. 32).

Sabemos que a criança surda tem possibilidade de aprendizado ao aprender LIBRAS, portanto seria conveniente receber a oportunidade de acesso a Língua Brasileira de Sinais o mais cedo possível; assim ela poderia sentir como as outras crianças, fazer perguntas e obter respostas de pais, professores e de outras pessoas, ou seja, possibilitar que ela vivencie a sociedade e que sua ansiedade seja satisfeita.

Com o uso da LIBRAS como primeira língua, a criança provida desse conhecimento a criança tem maior possibilidade de aprender a segunda língua, o português, e através da leitura e escrita ela terá força e auto-confiança, a base sólida para se integrar à sociedade. Mas antes de tudo, devemos aceitar a LIBRAS como a primeira língua do surdo, pois sabemos que a primeira iniciativa dos pais de criança surda é tentar oralizá-la, o que acaba por dificultar a comunicação.

Pensando nas necessidades das pessoas com deficiência auditiva a Secretaria de Educação Especial (Seesp) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial no sentido de apoiar os sistemas de ensino com Programas de Formação Continuada de Professores na Educação Especial – pessoalmente e a distância.

Tais programas têm por finalidade formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distancia; Programa de Implantação de Salas de Recurso Multifuncionais, com disponibilização aos estabelecimentos de ensino de equipamento de informática, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com a intenção de apoiar a ampliação de oferta de atendimento educacional especializado – AEE-; Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade); Programa BPC na Escola tem por objetivo realizar o monitoramento e acompanhamento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do

---

<sup>17</sup> Disponível em: <[HTTP://www.feneis.com.br/sob-libras.htm](http://www.feneis.com.br/sob-libras.htm)> acesso em março de 2011.

BPC, até 18 anos, por meio das articulações das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos; e Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivo.

Destacando-se também ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este fundo é responsável pela captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas que visam a melhoria da qualidade da educação.

### **1.6 - Educação Especial e Deficiência Auditiva**

Muito tem se falado nos últimos tempos sobre a educação especial e de como ela deve ser desenvolvida para que possa, de fato, atender de forma satisfatória os alunos que dela dependem. As discussões são inúmeras na tentativa de implementar um ensino de qualidade no que se refere preencher as expectativas de quem deposita nela toda a esperança de realização de um trabalho que venha preencher suas reais necessidades.

Pensando nas exigências da realidade escolar, muitos autores escrevem sobre o assunto e dentre eles Quadros (1997), vem insistentemente falando na importância de se pensar em propostas de educação de surdos de forma que venha aproximar do ideal. Isto é, perfeita sincronia entre educando educador, educação inclusiva, satisfatória e que venha atender efetivamente o aluno surdo é “adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre surdez e sobre a língua de sinais, entre outros” (LACERDA apud TENOR, 2008, p.42).

Primeiramente é discutida a questão do uso do oralismo na educação de surdo o que reforça uma tentativa de querer oralizar o surdo como se este fosse o caminho inicial da aprendizagem, ainda hoje muito utilizada, tomando um rumo adverso visto que, o surdo não conseguirá entender o que lhe é ensinado e conseqüentemente se sentirá deslocado dentro de sala de aula, principalmente quando este é inserido em escolas regulares. A criança surda não consegue aproveitar a mesma porcentagem do que foi ensinado em relação à criança ouvinte.

De acordo com a captação da aprendizagem pelo aluno surdo ele se sente desmotivado a dar continuidade aos estudos o que leva a gerar uma significativa evasão escolar.

Contudo, em segundo momento a educação “(...) permite o uso da língua de sinais com o objetivo de desenvolver a linguagem na criança surda” (QUADROS, 1997, P. 24). Esse recurso é utilizado para facilitar a compreensão por parte dos alunos, o que, de acordo com Quadros, passa a ser chamado de “português sinalizado”. Este novo modelo de educação desenvolvido para atender a demanda em questão foi então chamada de bimodismo o que é caracterizado pelo uso simultâneo de sinais e fala.

Hoje um novo modelo de educação está sendo desenvolvido, uma nova nomenclatura está sendo discutida em relação à questão educacional especial, a chamada inclusão.

Em seu trabalho publicado em 2003, Quadros nos permite pensar a educação no formato da inclusão.

Em se tratando da educação inclusiva temos que, as políticas nacionais de inclusão escolar estão baseadas na Lei de Diretrizes e Base da Educação do Brasil (LDB - Lei nº9394/1996), para defender a educação especial com o intuito de atender a sua modalidade específica no que diz respeito ao ensino para pessoas com necessidades especiais. Como já havia sido discutido na década de 1990, quando teve como marco internacional a Declaração de Salamanca, documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, realizada na Espanha de 07 a 10 de junho de 1994 com a presença de mais de 392 representações governamentais, entre elas representantes brasileiros e mais de 25 organizações internacionais com representantes das Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e das Nações Unidas.

Para falar dos desafios da inclusão faz bem lembrar que este é um “(...) processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 2006. P.39). Assim sendo a inclusão escolar está diretamente implicada neste contexto social uma vez que a educação é de fato fundamental e importante na vida de cada pessoa, sendo ela passiva de necessidades especiais ou não.

Quadros (2003) salienta muito bem quando ressalta que a diversidade brasileira é grande e que dispensa atenção na questão da educação voltada para cada seguimento. Uma sociedade que nos faz pensar nas mais diversas caras do contexto brasileiro como diferenças sociais, políticas, lingüísticas e culturais. Mas, ainda segundo a autora, a educação ainda está deficiente, pois visa atender a interesses políticos que tem como base a homogeneidade.

Como pensar em inclusão social se vivemos em uma sociedade capitalista que, em seus aspectos estruturais, é desigual, excludente e que não tem interesse na inclusão de todos? Tampouco garantir que todas as pessoas tenham o direito à educação, saúde, transporte, habitação, dentre outros, e que assim, conquistem de fato a sua cidadania.

Quando pensamos na educação de surdos também estamos pensando na questão dessa cidadania uma vez que, para exercer plenamente a cidadania é necessário que se tenha um mínimo de conhecimento para poder lutar por seus direitos. Se o cidadão não sabe quais são seus direitos como irá lutar por eles? A educação é primordial para que a pessoa com deficiência tome conhecimento dos seus direitos e de sua cidadania.

Como já disse anteriormente é necessário levar a educação ao surdo de forma que o satisfaça, pois ele tem suas peculiaridades e uma delas é que quando não está satisfeito com o que esta fazendo ele simplesmente desiste. É necessário que a educação atenda-os em suas especificidades, pois esse não atendimento faz com que haja uma desmotivação ou um esvaziamento nos processos educacionais.

Para tanto, falou-se da inclusão do surdo e o direito a vida cidadã; das políticas publicas com suas organizações, leis, recursos humanos, financeiros e materiais; objetivo, público-alvo, meios e estratégias; fases do processo; inclusão social/inclusão escolar: acolhimento como princípio de inclusão.

Portanto, além de oferecer uma educação que venha surtir efeito em termos de aprendizagem também é necessário que esta seja agradável e tenha uma metodologia que desperte interesse. Desde o momento que ele consegue interagir com os colegas e professores em sala de aula isto para ele é agradável, diferentemente de uma sala onde ele consegue captar apenas vinte por cento do que se passa nela.

Para pensar na educação do surdo devemos ter em mente que este faz uso da escuta visual para se comunicar e assim sendo necessita de uma forma diferenciada para estar captando, durante o período de educação, o que lhe for oferecido em termos de conteúdo educacional. A forma de o surdo se comunicar se difere dos ouvintes quando nos reportamos ao português. Ao fazer a conversão de libras para o português encontramos uma diferença que influencia o diálogo durante uma conversação, e sendo assim fica comprometida a aprendizagem quando não temos educadores preparados para interpretar as duas formas de linguagens. E é a partir dessa percepção que Quadros (2003, p. 86), lembra que “as formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as

formas ouvintes. Elas são de outra ordem, uma ordem com base visual e por isso tem características que podem ser ininteligíveis aos ouvintes”.

Quanto aos educadores, para melhor aproveitamento de suas aulas pelos alunos, eles devem ser preparados para a educação especial, assim como os demais funcionários que compõe o quadro da instituição de educação especial, que devem ter, no caso de educação de surdos, pelo menos um leve conhecimento de libras. Pois as pessoas com deficiência auditiva estão constantemente tentando se comunicar com as pessoas “ouvintes” na intenção de se fazer entender e ficam com um sentimento de potencialidade quando compreendidos, o que não tem sido comum. Este sentimento é muito importante para eles uma vez que (...) “os alunos são constantemente expostos ao fracasso tendo como causa a sua própria condição (não ouvir) e não as condições reproduzidas pelo sistema” (QUADROS, 2003. P. 87).

Voltando a questão da inclusão e analisando as bibliografias existentes sobre o tema educação especial nota-se que um ponto forte é os termos utilizados para definir a terminologia de inclusão e integração, tão usadas na atualidade. Existe uma imprecisão desses conceitos que em dado momento é empregado com o mesmo significado e em outro são vistos de forma oposta ou como substituto um do outro, não enfatizando a integração como significado de inclusão.

Discutindo a inclusão Sasaki nos revela que:

A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir o aluno ou grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo as escolas inclusivas propõe um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos e que é estruturado em virtude dessas necessidades (SASSAKI 2006, p. 126).

Ele ainda chama a atenção para a necessidade de se preparar o ambiente físico para o desempenho da inclusão, de fato, desses alunos, uma vez que é necessário adequar esses ambientes às pessoas e não às pessoas ao ambiente. Esses espaços físicos constituem “as edificações, os espaços urbanos, os equipamentos urbanos, o mobiliário, os aparelhos assistivos, os utensílios e os meios de transportes” Sasaki (2006, p. 143).

Para que a pessoa com deficiência tome seu lugar no mercado de trabalho, por exemplo, ainda terá que percorrer um longo caminho até que isto aconteça de forma natural, uma vez que - apesar de as empresas com mais de cem funcionários serem obrigadas a contratar essas pessoas - ela encontra dificuldade em se qualificar criando uma barreira para a obtenção do emprego. As



discussões a respeito da inclusão vêm se estreitando na sociedade capitalista à medida que as empresas vão desenvolvendo experiências positivas na absorção da mão-de-obra de trabalhadores portadores de deficiência. Segundo Sasaki (2006, p. 62), “Hoje mais do que nunca, várias empresas proporcionam as condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de seus trabalhadores que têm necessidades especiais diversificadas”. E para a acessibilidade nas empresas são necessárias, segundo ele, seis dimensões. Acessibilidades: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, e atitudinal.

Dissertar sobre a educação de surdos nos remete ainda a pensar nas potencialidades educacionais dos deles. Segundo análise de Skliar (2005), que leva em consideração o fato de se dar prioridade a língua de sinais como passo principal para verdadeiro entendimento entre aluno e professor, em uma “(...) criação de políticas lingüísticas, comunitárias e culturais, pensadas a partir do que os outros, os surdos, se representam como possível e do modo como os outros, os surdos, reconstruem o próprio processo de educação” (p.26). Em se tratando do desenvolvimento da língua de sinais, ainda é relevante lembrar que ela é muito importante na educação da PcD auditiva e não deve ser vista como um transtorno dentro da sala de aula, caso de incômodo para o educador e sim a sua principal ferramenta de trabalho.

## CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

### 2.1 – História do surgimento da cidade de São Pedro da Aldeia

O município de São Pedro da Aldeia segundo Moreira e Carneiro (2010), surgiu em 1617 quando o Padre Antonio de Matos, reitor da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, requereu, em 13 de maio de 1617, a sesmaria para os índios se assentarem nas aldeias de proteção ao Forte São Mateus. Na época o local foi chamado de Aldeia de São Pedro de Cabo Frio e, mais tarde São Pedro da Aldeia. Portanto é comemorada nesta data a fundação da cidade de São Pedro da Aldeia.

Com o passar do tempo, a Aldeia de São Pedro de Cabo Frio prosperou, tornando-se a maior e mais populosa de todas da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro.

Em 22 de dezembro de 1795 a Aldeia de São Pedro foi elevada a categoria de freguesia tendo como primeiro pároco Manoel de Almeida Barreto. Surge também nesta época a migração dos brancos.

Outro fato relevante ocorrido em fins de 1795 foi o início da exploração de sal feita pelos habitantes locais em uma área que abrange desde a cidade de Cabo Frio até a extensão da Lagoa Araruama, e mais tarde, exatamente em 1797, se destacou a salina dos índios de São Pedro.

Em 10 de julho de 1868 a freguesia foi visitada pelos príncipes imperiais Isabel e Gaston d'Orleans, respectivamente princesa Isabel e Conde d'Eu. Durante essa visita eles foram hospedados na residência da família Feliciano Gonsalve Negreiros – a Casa dos Azulejos<sup>18</sup> hoje tombada pelo Patrimônio Histórico.

De acordo com Lamego (1913), a primeira emancipação da freguesia da Aldeia de São Pedro se deu através do decreto nº 118 de 10 de setembro de 1890, assinado pelo governador Dr. Francisco Portella, com a denominação vila de Sapiatiba, desanexada do território até então, pertencente a Cabo Frio.

---

<sup>18</sup> A Casa dos Azulejos é um exemplo da arquitetura da época. Construída próxima à praça principal, erguida em 1847, pelo fazendeiro Feliciano Gonçalves Negreiros e para a sorte da população aldeense, até hoje conservada, atualmente na propriedade da Sra. Maria dos Anjos Pinheiro dos Santos. Ela é única na Região dos Lagos a revelar em sua fachada a arte da azulejaria portuguesa de influência moura.

A aldeia de São Pedro foi erguida para defender Cabo Frio dos freqüentes ataques dos piratas. Data da mesma época a construção da Capela de São Pedro, erigida em pedra, cal e óleo de baleia.

A colonização das terras do atual município de São Pedro da Aldeia teve início com a catequese de grupos indígenas realizada pelos missionários da Companhia de Jesus. Em 1617, após concessão de uma sesmaria, os jesuítas fundaram a Aldeia de São Pedro, construindo uma capela que se tornou o marco da colonização dessa área. E em 27 de dezembro de 1929, através da Lei Estadual nº 2.335 a Vila de São Pedro da Aldeia adquiriu foros de cidade.

Em 15 de junho de 1956 sob o decreto da Presidência da República nº 39411 foi implantado o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval e que mais tarde foi complementado pelo dec. nº 43.923 de 23 de junho de 1958, ampliando a área do complexo da Marinha de Guerra do Brasil. Posteriormente, através do dec. presidencial nº 58.378 de 10 de maio de 1966, fez criar a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia – BAENSPA, sob a missão de defender a integridade do território nacional e lutar contra os inimigos que invadiam o nosso litoral, motivo de orgulho para o povo aldeense<sup>19</sup> (BRASIL, 1956).

Os brancos, através do instituto do aforamento, foram gradualmente se infiltrando nas terras da aldeia, e iniciando uma exploração de braço escravo, a mão-de-obra negra chegava a São Pedro, principalmente com a cultura do café. Data desta época a construção das primeiras casas de residência e fazenda, feitas com óleo de baleia, pedra e cal.

Os poucos habitantes da região se dedicavam à pesca e à exploração das salinas naturais da lagoa. Escravos africanos e índios trabalhavam nestas fazendas, dedicando-se à agricultura, pesca, caça e coleta de subsistência.

A atual área urbana de São Pedro formou-se a partir da ocupação do centro, bem como da península de Ponta Grossa, primitivamente ocupada por pescadores e pequenos agricultores, ali se encontrando importante patrimônio histórico arquitetônico decorrente da primeira fase de sua ocupação. Com a criação da Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, em 1961, a estrutura urbana passa a sofrer alterações, com os loteamentos de veraneio que, a partir do núcleo habitacional da Base, desdobram-se pela RJ-106, em direção a Iguaba Grande.

---

19 Disponível também em: <http://www.naval.com.br/blog/tag/sao-pedro-da-aldeia/>

O município de São Pedro da Aldeia foi fundado em 16/05/1617 e emancipado em 17/12/1892, tendo como padroeiro São Pedro, como dito anteriormente. Hoje tem como atividades econômicas principais a Pesca Artesanal, Turismo e Comercio Local. A região onde está localizada atualmente é conhecida como Costa do Sol. Fica a uma distância de 135 km do Rio de Janeiro. Possui área de 340km<sup>2</sup> e uma população de 88.013 habitantes em 2010 (IBGE), sendo que 82.286 pessoas residem na zona urbana e 5.727 na zona rural.

## **2.2 – Políticas para educação de pessoas com deficiência no município**

No que diz respeito à educação, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o município de São Pedro da Aldeia conta com 28 escolas de ensino pré-escolar, 58 de ensino fundamental e 11 do ensino médio somando um total de 97 escolas para atender todo o município, sendo municipais, estaduais e particulares<sup>20</sup>. Encontram-se matriculados um total de 20.836 alunos, sendo 2.548 no ensino pré-escolar, 15.322 no ensino fundamental e 2.966 no ensino médio. Para o atendimento dessa demanda as escolas contam com o trabalho de 132 professores de ensino pré-escolar, 777 professores de ensino fundamental e 237 de ensino médio em um total de 1.146 profissionais na rede de ensino.

Na rede municipal de ensino estão matriculados 151 alunos com necessidades especiais, desde a creche até a 9º série, segundo Secretaria Municipal de Educação. Entre estes, alunos com deficiência visual, auditiva, física, transtorno mental etc. Por esse motivo, foi criado junto à Secretaria de Educação, no ano de 2009, o Serviço de Educação de Pessoas Especiais que visa o atendimento aos alunos com necessidades especiais. Este serviço tem por finalidade: sondagem da aprendizagem, encaminhamentos para os atendimentos de fonoaudiólogo, psicólogo, psiquiatra, musicoterapia, etc. no Centro Municipal de Atendimento múltiplos em Saúde Mental Dr. Alberto Albino de Almeida, suporte técnico (grupo de estudo) e curso de formação continuada para os professores. Dentre as escolas municipais, o NESPE – Núcleo de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade – se destaca pelo atendimento as pessoas com necessidades especiais.

---

<sup>20</sup> Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – INEP – censo Educacional 2009.

Em toda região composta pela Baixada Litorânea e Costa do Sol já podemos notar um movimento em busca de discussões que visam questões relacionadas à educação especial, principalmente a educação de pessoas com deficiência auditiva. Um exemplo desse movimento foi o Seminário Sobre Educação e Surdez realizado no município de Casimiro de Abreu no período de 19 a 21 de outubro de 2010, quando contou com a participação de vários municípios como, por exemplo, Macaé, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Rio das Ostras, Quissamã, entre outros.

O seminário contou com a presença do diretor geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES - Marcelo Cavalcante e dos professores Sandra Alonso de Oliveira Pinto, Roseane Silveira, Ana Lúcia Tinoco Turnher, Ana Lúcia do Nascimento, Marcus Vinicius Freitas Pinheiro, Silene Pereira Madalena, Elaine do Rocha Baptista, Maria Lúcia Martins da Cunha Modesto, Vera Lúcia Emilião Pinto e Márcia Regina Gomes.

Durante o evento o diretor do INES abordou a importância da educação da PcD auditiva, da troca de conhecimento, além da proposta de avançar na questão da inclusão dessas pessoas na vida plena e no trabalho. Também abriu espaço para os representantes dos municípios presentes solicitarem o INES, quando necessário para o atendimento das necessidades mais expressivas, uma vez que a proposta do Seminário é a de avançar na questão da inclusão na vida plena e no trabalho.

Outro ponto de discussão foi a respeito da inclusão de surdos e o direito a vida cidadã, assim como políticas públicas e suas organizações, leis, recursos humanos, financeiros e monetários; objetivos, público-alvo, meios e estratégias e as fases do processo.

Discutiram-se ainda a questão da inclusão social/inclusão escolar, tendo o acolhimento como princípios de inclusão. E sobre esse aspecto Rizzo (2004), nos revela que, para atender a questão da inclusão social e escolar são necessários dois sistemas de linguagem:

LIBRAS e o alfabético simultaneamente - o primeiro diz respeito à importância e efeito da estimulação da vida social do grupo e o segundo a ênfase que se deve dar ao significado das palavras abordadas pela metodologia e que servirão de base para construção de um sistema de aprendizagem de leitura e de escrita, fundamentados no pensamento e, portanto, nas experiências e conhecimento do mundo pelo surdo (RIZZO, 2004, p. 7).

Hoje, em se tratando de inclusão a escola deve adaptar-se ao aluno, possibilitando essa inclusão e as ações para enfrentar as desigualdades sociais.

Quanto à educação infantil, falou-se dos primeiros passos da aprendizagem da criança surda que vai desde a educação precoce (0 a 3 anos) através de vivências lúdicas, apoio e

orientação à família. E da pré-escola (3 a 6 anos) maternal, jardim I,II e III. Iniciação ao processo da leitura e da escrita na educação infantil.

No processo de educação da pessoa surda deve-se ter em mente que o ensino é bilíngüe uma vez que o surdo possui a sua língua que é a língua de sinais, sua primeira língua, e a língua portuguesa representa a segunda língua. Este ensino bilíngüe prioriza o indivíduo como ser social no contexto sócio-histórico e cultural, o aluno como ser ativo na construção de conhecimento, etc.

Foi abordada também a questão da diferença do ensino da língua portuguesa para surdo por ele ser bilíngüe e os modos e meios de alfabetizar uma pessoa surda onde a criança constrói e reconstrói hipóteses de aprendizagem e letramento assim como as possibilidades de desenvolver o conhecimento essencial na produção de significados do mundo contemporâneo.

Foi discutida a questão da oficina de matemática para crianças de 7 a 17 anos e os fatores de capacidade e possibilidades de alunos surdos. A matemática restrita as quatro operações, o distanciamento entre o saber social e o saber escolar tanto como os materiais utilizados para o aprendizado matemático.

Ainda sobre o seminário, foram discutidas as contribuições que as diferentes profissionais podem dar ao acompanhamento da pessoa com deficiência auditiva.

Em relação a fonoaudiologia falou-se de educação e surdez onde foram discutidos aspectos fonoaudiológicos no trabalho realizado com pessoas surdas e as estratégias que favorecem o desenvolvimento da linguagem como, conversar com a criança, estimular o diálogo, estimular a brincadeira, socialização com atividades diárias, falar com voz interessante, não minimizar a maneira de falar e estimular a troca de diálogo durante a fala.

Também foram comentadas as questões da função do fonoaudiólogo diante de paciente e familiar do paciente assim como os fatores importantes do desenvolvimento das habilidades auditivas.

Ainda sobre o seminário, foi abordada a questão da atuação do assistente social na mediação para a garantia dos direitos, principalmente na questão previdenciária.

Sobre o modelo de educação profissional e cursos desenvolvidos foi discutida a questão da não qualificação de pessoas surdas e a importância do aprendizado técnico e orientação para o mercado de trabalho.

Para estar em condições de entrar para o mercado de trabalho é necessário contar com alguma qualificação profissional. Para a pessoa com deficiência não é diferente, principalmente para não reproduzir o que Sasaki chama de batalha. Segundo o autor

O mercado de trabalho, no passado, pode ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados empenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos; de outro, os empregadores, praticamente despreparados e desinformados sobre a questão da deficiência, recebendo ataques furiosos por não preencherem as vagas com candidatos com deficiência tão qualificados quanto os candidatos sem deficiência (SASSAKI, 2006, p. 57).

Mesmo com a questão da cota para deficientes nos concursos públicos ainda é difícil a questão do emprego, tanto para as pessoas com deficiência quanto para as que não apresentam nenhum tipo de deficiência, principalmente quando falta a qualificação profissional.

Diante de direitos estabelecidos, para o assistente social, como profissional que tem como princípios assegurar a garantia dos direitos aos cidadãos, estar atentos às viabilizações para pessoas com necessidades especiais, no tocante a sua inserção no mercado de trabalho se trata de um desafio a ser vencido uma vez que podemos assegurar que os movimentos sociais são constantes e mutáveis. E assim é a educação o caminho para acompanhar as mudanças, exigências e adequação para a satisfação de políticas sociais que atendam essa população.

### **2.3 - Núcleo de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade (NESPE)**

Partindo das discussões produzidas anteriormente observa-se que a educação de pessoas com necessidades especiais faz parte da inquietação da sociedade já há muito tempo. Pensando na educação destas pessoas que foi criado em São Pedro da Aldeia o Núcleo de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade - NESPE -, uma das grandes conquistas do município.

O NESPE é uma escola especializada, mantida pela prefeitura, oferecendo atualmente, atendimento a pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva e com baixa visão, prática que foi aprimorada com o passar do tempo. Sua fundação se deu em agosto de 2002, em função da grande demanda existente neste município.

Segundo entrevista realizada com a gestora, para o funcionamento da escola correr de forma satisfatória e atender a demanda apresentada foi necessário contar com a presença de

recursos humanos composto por uma diretora, um auxiliar de secretaria, cinco professoras de 1º segmento, todas pós-graduadas ou com nível superior, um intérprete, seis professores de 2º segmento, uma professora de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), um musicoterapeuta, uma fonoaudióloga, uma psicóloga, dois serventes e duas merendeiras.

O NESPE conta ainda, com o suporte de dois veículos para fazer o transporte dos alunos uma vez que ele atende todo o município e alguns alunos têm que deslocar de longas distâncias para o acesso escolar.

Esta é única e exclusiva escola que atende nestes moldes de educação, porém as escolas da rede regular de ensino do município já estão recebendo alunos com diversas especificidades.

### **2.3.1 – Particularidades do NESPE**

Este trabalho busca conhecer um pouco da realidade do sistema de educação que está sendo implementado no NESPE e quais os ganhos para os alunos inseridos neste núcleo uma vez que ele atende a 31 alunos dentre os quais podemos encontrar alunos com baixa visão, alunos cegos, alunos surdos, entre outros.

Para a pesquisa foram ouvidos oito alunos com deficiência auditiva, visto que o alvo de minha inquietação são os deficientes auditivos. E para chegar a um resultado que pudesse representar o referido núcleo de ensino procurei entrevistar alunos novos e aqueles que se encontram matriculados desde a fundação da escola.

Também contei com a colaboração de três pais para avaliar, de fato, o desempenho destes alunos na vida escolar e social. Para tanto foram ouvidos os pais mais participativos no espaço escolar.

Para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida com sucesso contei ainda, com o apoio de um intérprete no desenvolvimento da entrevista. Apesar de não saber a língua de sinais pude, a partir da observação de aspectos não verbais, perceber a disponibilidade em participar da entrevista, apesar de suas respostas serem um tanto reticentes. Pude perceber ainda, suas angústias pela dificuldade no desenvolvimento da educação e ao mesmo tempo uma satisfação ao falar das conquistas e das novas amizades.



### 2.3.2 - Caracterização dos alunos

No que se refere à caracterização dos alunos, busquei informação do perfil dos estudantes, das séries na qual eles se encontram atualmente, das facilidades e dificuldades encontradas para a aprendizagem, bem como as relações sociais pertinentes ao seu dia a dia. Tais informações são relevantes a fim de conhecer quem são os sujeitos entrevistados da pesquisa. Para tanto lancei mão da entrevista qualitativa e da observação.

Os alunos entrevistados se dividem da seguinte forma: três são do sexo feminino e cinco do sexo masculino em um total de oito alunos. Quanto à faixa etária esta está incluída entre quinze e cinquenta e quatro anos e todos estão cursando o ensino fundamental, distribuídos entre 4º e sexta séries, uma vez que a escola atende apenas ao ensino fundamental.

Quanto ao nível de aprendizagem, alguns alunos declararam ter estudado em outra escola anterior ao NESPE, mas não aprenderam muito por permanecer pouco tempo na escola por motivo de mudança de cidade ou por ter frequentado uma escola de ensino regular e não conseguir se adaptar conforme relato.

Outro detalhe significativo em relação aos alunos é a possibilidade que eles encontram em desenvolver a aprendizagem social, como por exemplo, a língua de sinais, uma vez que alguns alunos chegaram à escola e não conheciam a LIBRAS, segundo relato de uma mãe.

A convivência diversificada possibilita o desenvolvimento da linguagem de sinais uma vez que estes alunos são filhos de pais ouvintes. Embora conhecendo a língua de sinais como língua materna o surdo precisa dessa convivência para desenvolver com certa espontaneidade a LIBRAS.

Segundo relato de um pai o filho só aprendeu a LIBRAS após o seu ingresso na escola, o que modificou muito o seu comportamento.

Antes não gostava de conversar. Hoje, mudou completamente, é mais alegre. Antes não sabia LIBRAS, aprendeu na escola. Vivia se escondendo das pessoas. Ficou quinze anos sem estudar por não querer ir a escola, mas quando falei que ela aprender a LIBRAS resolveu aceitar. Na escola fez muitos amigos (PAI II).

É nesse sentido que Skliar (2005, p. 26) enfatiza a importância da convivência da criança surda com outras na mesma condição. “Todas as crianças podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações quotidianas com a comunidade surda, como acontece com

qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural”. O que possibilita, dessa forma, uma aprendizagem espontânea.

## **2.4 - Educação da Pessoa com Deficiência auditiva e Sociedade**

Em se tratando da comunicação com a sociedade, das respostas o que me chamou a atenção durante a entrevista foi que unanimemente a palavra “difícil” é usada com frequência por todos os alunos, principalmente pelos mais velhos.

A comunicação com as pessoas é muito difícil, ouvinte não sabe LIBRAS, então fica muito difícil a comunicação (ENTREVISTADO VII).

Gosto muito da escola, mas tudo é muito difícil de aprender. As palavras são difíceis.

Tudo na vida do surdo é muito difícil (ENTREVISTADO VI).

Nesse sentido podemos notar que as PcD auditiva encontram muita dificuldade tanto em seu relacionamento social quanto no desempenho escolar, uma vez que é limitado o número de pessoas que sabem falar através da LIBRAS, a língua materna do surdo. E é por esse motivo que muito tem se falado da reestruturação da forma pedagógica para a educação do surdo.

A pedagogia para surdos no Brasil, atualmente, vem passando por uma reestruturação: embora a oralidade seja, ainda, considerada como dominante na determinação da linha de atuação na educação regular do surdo, há um número significativo de pessoas surdas com dificuldades para desenvolver a leitura, a escrita, e, muitas vezes, até mesmo o uso da sua própria língua – a LIBRAS (BENTO, 2009, p. 124).

É realmente importante reavaliar constantemente a pedagogia para os surdos, pois a cada dia está se tornando cada vez maior a participação desse segmento da sociedade no âmbito escolar exigindo, portanto, uma atenção direcionada nesse sentido. Não deixando de salientar a importância da LIBRAS na educação, pois se a comunidade surda tem a língua de sinais como língua materna nada mais justo do que ser educada através dela.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua, então as pessoas

surdas têm o direito de ser ensinadas em língua de sinais (QUADROS, 1997, p. 27).

Quando se desenvolve a língua de sinais para a educação de surdos está se desenvolvendo uma proposta de ensino que percebe a importância e o valor da sua língua. Demonstra-se que através dela o caminho para a aprendizagem se torna bem menor e, portanto, o desempenho, conseqüentemente, mais rápido por parte da criança.

Em se tratando dos alunos entrevistados, a motivação pela qual esses alunos chegaram à escola, em parte, está relacionada ao desejo dos pais em educá-los e ver seus filhos fazer parte da vida em sociedade, sendo tratados sem restrições e preconceitos, pois como afirma Redondo (2001),

Com freqüência tratam a pessoa com deficiência auditiva como se ela fosse incapaz de compreender. Falam de maneira pouco natural, apenas com gestos; se usam palavras, falam ‘como índio’, sem artigos ou frases completas, utilizando apenas palavras soltas, como se o outro fosse incapaz de entender as formulações completas (REDONDO, 2001, p. 27).

Mas o surdo mesmo não ouvindo desenvolve a capacidade de observar o que está acontecendo a sua volta e entender através do comportamento das pessoas. Portanto deve ser dada a ele a mesma atenção dispensada aos ouvintes.

Outro grupo de entrevistados, quatro no total, revelou que chegaram à escola por vontade própria, pediram aos pais que os matriculassem. Afirmaram que tinham muita vontade de estudar como os outros alunos, que tinham vontade de aprender.

Alguns alunos afirmaram que antes de estudar no NESPE já havia freqüentado outra escola, mas que não conseguiram aprender quase nada. Que encontraram muita dificuldade, pois não tinha muitas pessoas que sabiam LIBRAS e, portanto ficou muito difícil.

Considerando as afirmações, cabe ressaltar que é importante que as crianças portadoras de necessidades especiais contem com dispositivos que auxiliem em seu desenvolvimento escolar, e a LIBRAS é um desses dispositivos, pois como afirma Redondo (2001, p. 37), “o aluno precisa se sentir envolvido no processo de aprendizagem”, e sem o conhecimento de uma língua que o faça entender o que está sendo proposto dificilmente ele irá conseguir um bom desempenho.

Quanto ao tempo em que se encontra freqüentando a escola metade dos alunos não soube responder, a outra metade deixou perceber que ele varia entre cinco e nove anos de estudo, com séries variando entre quarta e sexta série

O período escolar para a alfabetização de alunos com deficiência auditiva é maior do que para as crianças ouvintes uma vez que o aluno surdo aprende simultaneamente duas línguas a portuguesa e a de sinais, o chamado bilingüismo. A alfabetização de alunos surdos tem sido um grande desafio para a educação.

O bilinguismo tem sido adotado como proposta de ensino uma vez que dessa forma consegue proporcionar ao aluno o acesso a duas línguas. Permitindo, então, que a língua de sinais como língua natural seja usada para o desenvolvimento da língua escrita. Como ressalta muito bem Silva e Nembri (2008, p. 50), “esse conceito mais geral de bilinguismo é determinado pela situação sociocultural da comunidade surda como parte do processo educacional”.

Para esses alunos a LIBRAS é fundamental no processo educacional. E o desenvolvimento do conhecimento da língua portuguesa para eles é lento devido a falta de domínio, por parte dos educadores, da língua de sinais.

Em relação à receptividade escolar os entrevistados afirmaram que foram muito bem recebidos. E que a partir do momento em que começaram a estudar tiveram a oportunidade de conhecer pessoas diferentes e fazer novas amizades.

Gostei muito da escola. No passado ficava em casa. É importante estudar para ficar inteligente. Quando comecei estudar fiz muitos amigos na escola, o que foi muito bom. É muito importante estudar (ENTREVISTADO III).

Gostei muito da escola. Novos amigos. Eles perguntavam pela família. Foi muito bom (ENTREVISTADO II).

Embora o aluno possa encontrar dificuldades em aprender quando entra para a escola, o que encontra de satisfatório e imediato são as novas amizades. Eles valorizam muito a questão da ampliação do número de amigos, como menciona Redondo (2001, p. 45), “na adolescência, as interações sociais se expandem de maneira extraordinária, para além da referência familiar, nos diferentes grupos aos quais o adolescente pertence – dança, teatro, escola, igreja ou esportes”. Assim, a escola além de proporcionar o desenvolvimento do conhecimento é um meio de socialização muito importante na vida da PcD auditiva.

Ainda muito bem observado pela autora é a questão da liberdade e autonomia. Enquanto a criança fica sob a super proteção dos pais a autoconfiança não se desenvolve. Nas várias vezes que participei de Encontro de Surdos na Pastoral dos Surdos da igreja Católica do município pude

notar que eles enfatizam muito a questão da liberdade. Falam que “o surdo não tem liberdade”. Portanto, quando entram para a escola eles sentem, de certa forma, fluir essa liberdade.

O convívio com os colegas no ambiente escolar é um momento de troca, segundo alguns alunos. Durante o desempenho das aulas uns ajudam os outros quando estes não conseguem entender o que está sendo proposto. Eles fazem da sala de aula um momento de troca de conhecimento como podemos perceber em suas falas.

No passado era ruim, agora é bom, os colegas ajudam. A ajuda da fonoaudióloga também é importante (ENTREVISTADO IV).

O convívio é bom. Tenho muitos amigos e gosto de conversar com eles. Um ajuda o outro e vai compartilhando (ENTREVISTADO VII).

Os colegas ensinam coisas novas. Fico feliz com os novos amigos. Sempre aprendo com eles (ENTREVISTADO VIII).

Esse momento de troca no convívio diário faz com que eles se sintam confiantes, o que é muito importante para elevar sua autonomia e desenvolver suas potencialidades.

No que diz respeito à aprendizagem pude perceber que mesmo se encontrando em séries que variam entre quarta e sexta série todos os alunos afirmaram ter dificuldade em formular frases. Todos afirmam conhecer palavras e alguns conhecem também frases pequenas. Os alunos com maior idade afirmam ainda, que no passado era mais difícil aprender porque ninguém sabia LIBRAS e que hoje é mais fácil, pois eles conseguem aprender palavras. Ou seja, para eles é muito difícil aprender uma segunda língua, no caso, a língua portuguesa.

As LIBRAS proporcionam aos surdos a possibilidade tanto da comunicação como da aprendizagem uma vez que esta é sua língua materna. E não é por acaso que a maioria dos entrevistados enfatizam a necessidade de os professores dominarem o conhecimento das LIBRAS, pois segundo eles quando o professor domina a língua de sinais “a aula é bem melhor” do que a aula com a presença do intérprete. E ainda segundo os alunos, no NESPE não são todos os professores que dominam a LIBRAS, o que, segundo eles, não é bom.

Nas falas dos alunos podemos notar claramente a observação feita por Skliar (2005, p. 19), “o olhar do surdo sobre o fracasso, segundo nossas pesquisas, se refere, sobretudo a uma questão ligada à falta de acesso à língua de sinais e a um processo demorado de identificações com outros surdos”. No nosso caso o surdo atribui o seu fracasso na falta de maior conhecimento da língua de sinais por parte dos professores.

A partir dos relatos dos alunos nota-se que a escola representa um espaço onde o aluno desenvolve habilidades, não só escolares, mas também ampliam sua desenvoltura na questão social e formação de valores até então desconhecidos para eles. Como, por exemplo, a importância da troca de conhecimentos, reconhecimento do seu potencial como pessoa, dos seus direitos como cidadão, etc.

Quanto à escola, na opinião dos alunos, o que se pode notar é que ela é boa e que é na escola que eles conhecem novos amigos e que as pessoas que lá trabalham tem paciência e são atenciosas com eles. Já para outros a escola é boa, mas ainda possui alguns limites.

A escola é boa, mas faltam coisas. As matérias são difíceis. Falta alguma coisa para melhorar (ENTRAVISTADO VIII).

Acho que a escola pode melhorar. Faltam esportes, internet, teatro (surdo gosta muito de teatro), e professor que ‘sabe’ LIBRAS ‘direito’ (ENTREVISTADO III).

Segundo opinião dos alunos ainda há muito que fazer para se ter uma escola que atenda todas as suas expectativas. Ao mesmo tempo em que ela é boa por proporcionar a integração dos alunos, promover o desenvolvimento do conhecimento, bem como, permitir a autoconfiança e o sentimento de liberdade ela necessita de subsídios que a façam uma escola modelo. Pude notar nas falas que eles sentem falta de recursos materiais e humanos adequados como, por exemplo, professores que saibam fluentemente a língua de sinais, dedicação maior ao ensino da língua portuguesa onde, com certeza, é o caminho para a aprendizagem das outras matérias bem como a prática de esportes, computadores para o uso da internet e teatro.

Em se tratando de recursos materiais, um novo instrumento está utilizado, segundo artigo publicado na Revista Forum (2004), como meio para a questão da inclusão social da pessoa portadora de deficiência auditiva, o Tradutor Digital Português x Língua Brasileira de Sinais – Projeto ANA.

As novas tecnologias digitais tem atuado cada vez mais como instrumento de inclusão social das pessoas portadoras de deficiências. No caso dos deficientes auditivos, está sendo desenvolvido, pioneiramente no Brasil, o Tradutor Digital Português x Língua Brasileira de Sinais – TLIBRAS. Esse projeto está focado na construção de um tradutor automatizado de Português x LIBRAS, que possa ser utilizado em sala de aula, na televisão (concomitante ou em substituição aos textos legendados), em vídeos, na internet, na construção de livros visuais, traduzindo informações por meios de sinais animados e apresentados via computador. Sua implantação amenizará, em médio prazo, o impacto da inclusão do aluno surdo no sistema ensino regular. Seu uso proporcionará uma integração

lingüística entra surdos e ouvintes e permitirá que a pessoa surda tenha pleno acesso aos meios de comunicação e entretenimento (LIRA, Revista Forum, n° 9, 2004, p. 30).

As novas descobertas tecnológicas, com certeza, podem ajudar as pessoas com necessidades especiais facilitando o seu dia a dia trazendo comodidade e atuando como mecanismo de apoio a esse usuário.

## **2.5 - Educação e Sociedade**

As relações sociais mantidas dentro da escola especiais pelos alunos surdos revelam que eles têm potencialidades que devem ser estimuladas. Na verdade, o ouvinte tende a pensar na falta de potencialidade achando que ele não é capaz. E o pior é que este desestímulo começa dentro de casa pelos próprios pais como relata Redondo (2001), quando afirma que, “muitas vezes, o adolescente surdo vive sob os cuidados de pais superprotetores, que não acreditam nas potencialidades do filho e vêem a surdez como uma doença, imaginando que o surdo é incapaz de se cuidar e de pensar”. Qualquer um pode ser incapaz para determinada função independente de sua condição física. Portanto, muitos conceitos precisam ser revistos.

E baseado nesse pressuposto é que muitos autores trilham seus conhecimentos na direção da temática, isto é, da questão da capacidade das pessoas com deficiência. E nós podemos encontrar essa temática na fala de Skliar (2005).

Hoje, sabemos que uma educação que não considera os aspectos sócio-culturais dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, já nasce com a garantia do fracasso, apresentando pouco ou nenhum valor de aplicabilidade. Entretanto, pensar em uma educação para surdos que considere suas características sociais, descartando a patologia e a aproximação do surdo com o modelo ouvinte, só muito recentemente vem sendo feito e está longe de ser consenso entre a maioria dos envolvidos, pois a forma de pensar esta educação está ligada aos distintos imaginários, representações e estereótipos frente aos surdos e à surdez. Além disto, a visão sócio-antropológica da surdez é tão recente quanto à valorização das subjetividades no ensino (SKLIAR, 2005, P. 129).

Subjetivamente criam-se conceitos a respeito das pessoas surdas. No entanto, a deficiência é uma limitação, mas o sujeito surdo possui potencialidades e essas potencialidades precisam ser exploradas.

Uma característica marcante da pessoa com deficiência auditiva é capacidade de estreitar amizades com outras pessoas surdas. Pude observar esta característica quando participei do 20º Encontro Regional Leste 1 da Pastoral dos Surdos realizado na Gávea, no Rio de Janeiro, em junho de 2010. Durante o encontro pude perceber o quanto eles gostam de conversar.

Nas observações realizadas pude notar que as relações estabelecidas pelos deficientes auditivos demonstram que eles estão cada dia mais ativos, participando cada vez mais da vida social. Este fato demonstra que o convívio com colegas, boa qualidade de ensino e atividades em grupo contribuem para a diminuição da discriminação e do preconceito.

Durante minha pesquisa de campo perguntei aos meus entrevistados sobre as relações de amizade com as pessoas em geral. Dois dos entrevistados afirmaram que gostam muito de conversar e que quando a pessoa não sabe LIBRAS eles tentam ajudar, pois acha muito bom conversar com amigos.

O terceiro entrevistado afirmou que sabe oralizar um pouco e que isso o ajuda na comunicação oral com as pessoas facilitando, assim, o vínculo de amizade entre ele e o ouvinte.

Este fato propiciou melhor desenvolvimento da entrevista uma vez que eu conseguia entender algumas coisas que ele falava.

Os outros quatro entrevistados enfatizaram que é difícil fazer novas amizades com os ouvintes, pois a comunicação, em geral, é difícil, mas quando as pessoas conseguem se comunicar isto proporciona uma facilidade na comunicação e eles se sentem alegres com tal situação. As pessoas surdas, de um modo geral, gostam muito de “bater papo”, segundo elas. Então, quando encontram alguém que está disposto a aprender eles sentem muito prazer em ensinar a LIBRAS.

O método adotado pelo surdo para ensinar o ouvinte a língua de sinais começa por sinalizar coisas materiais e demonstrar como ela é reconhecida pelo sinal. Dessa forma ele vai desenvolvendo a comunicação com o ouvinte

Outro entrevistado relatou, por sua vez que a comunicação com o ouvinte é muito difícil. Que muitos ouvintes são hipócritas, pensam que o surdo não entende o comportamento deles, mas que ele entende e que ‘não é bobo’. Um dos exemplos relatado foi que, quando viajava de ônibus e em conversa com um amigo surdo notou que alguns ouvintes estavam zombando deles por eles serem surdos, mas que pelo contrário do que as pessoas pensam, ele percebe o que está acontecendo a sua volta.



Em um segundo momento relatou que gosta muito quando as pessoas se mostram dispostas em ajudar os surdos. Conta que a escola ajuda na relação de amizade com as pessoas, pois quando precisa ir ao médico pede ajuda a professora para mediar como intérprete na conversa, podendo assim, entender e saber, por exemplo, como tomar os remédios que o médico receita. Salientou ainda em sua fala que a prefeitura precisa saber que falta intérpretes para as pessoas nos lugares públicos para facilitar a ‘vida do surdo’.

A partir dos relatos percebe-se que a sociedade precisa adaptar-se às necessidades das pessoas com deficiência segundo Sasaki (2006), para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. Neste caso os espaços públicos devem se adaptar às necessidades das pessoas com deficiências. Sendo assim o autor enfatiza que o combate à crise no atendimento faz entender que;

“A péssima qualidade dos serviços essenciais prestados à população geral e à pessoa com deficiência vem fortalecendo a idéia do combate à crise através de parcerias entre as partes interessadas e/ou de atividades paralelas dirigidas por algumas organizações de, para e sobre pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006, p. 172).

É pensando em todas estas questões que são cobradas medidas que atendam as mais diversas modalidades. Como por exemplo, intérpretes para pessoas com deficiência auditiva nos lugares públicos, arquitetura urbana que facilitem o acesso do deficiente físico, assim como sinalizadores sonoros para as pessoas com deficiência visual. Estas são algumas das medidas que poderão ser adotadas para a autonomia das pessoas com deficiência.

Quanto a LIBRAS, esta é a língua que proporciona o estreitamento do diálogo entre surdos e ouvintes como mencionaram os entrevistados. É através dela que a comunicação se torna possível na maioria dos casos. Sendo assim, os entrevistados cobram o direito ao atendimento, em órgãos públicos feito por funcionários aptos na comunicação por meio da LIBRAS.

As entrevistas apontaram também para a questão da aceitação do surdo na sociedade quando em sua fala o entrevistado mencionou o fato de as pessoas agirem de forma preconceituosa, uma forma de desrespeito ao surdo, segundo ele. Mas a maioria sente ser bem aceitos e que os ouvintes, na maioria das vezes, têm paciência e atenção para com eles. Contudo, na opinião deles, para melhorar ainda mais a qualidade de vida do surdo é preciso conseguir

trabalho e igualdade social e que a melhoria na comunicação com as pessoas ajudaria muito nesse aspecto.

Pude notar nas declarações que, para a PcD auditiva o trabalho e o fim do preconceito é uma forma de respeito a elas. E falando do trabalho Sasaki (2006, p. 60), afirma que “o percentual de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa que estão fora da força de trabalho é duas vezes superior ao das pessoas sem deficiência, embora todas tenham o mesmo direito de trabalhar”. Portanto, é justificada a observação do entrevistado.

Ainda sobre o trabalho, foi deixado claro que é através dele que a vida do surdo pode melhorar, assim como a igualdade social, o respeito, a melhoria na comunicação. E por falar em comunicação eles associam a dificuldade de conseguir um emprego a essa limitação de entendimento entre o ouvinte e o surdo. Vejamos a fala de um entrevistado:

Melhorar a comunicação com as pessoas seria bom para o surdo. Ele gosta de bater papo com os amigos e é difícil também para o surdo arrumar trabalho pela falta de comunicação. A comunicação tem que melhorar (INTÉRPRETE VI).

Quanto à legislação brasileira que garante os direitos das pessoas com deficiência, três dos entrevistados asseguraram não conhecer. No caso, foram os entrevistados mais novos que disseram desconhecer essas leis. Outro entrevistado disse conhecer pouco e os outros quatro disseram conhecer as leis, mas que, em geral as pessoas não respeitam essas leis e que a maioria delas não está sendo cumprida e que é preciso respeito ao surdo e aos seus direitos.

Para melhorar é preciso respeito ao surdo, o fim do preconceito. Queremos igualdade, pois o ouvinte é igual ao surdo (ENTREVISTADO VIII).

O problema do desemprego das pessoas com deficiência está, sobretudo, na falta de formação profissional, assim como para os sem deficiência. Uma vez que a pessoa com deficiência auditiva tem dificuldade em aprender ler e escrever conseqüentemente ela terá dificuldade em se qualificar para uma determinada profissão. Existem profissões que não requer qualificação específica, mas é necessário que, no mínimo, a pessoa seja alfabetizada. Para tanto é necessário reafirmar a importância do investimento na educação especializada a fim de dar a pessoa com deficiência oportunidade da igualdade de direito no mercado de trabalho. Não basta

criar leis que garantem direitos, é necessário preparar o indivíduo para assumir o seu lugar no mercado de trabalho. Segundo Sasaki (2006),

A legislação é como uma faca de dois gumes. Se, por um lado, as leis tiverem força para pressionar empregadores a contratarem pessoas com deficiência, já por outro lado elas poderão criar antipatia, exatamente em relação a estas pessoas. Além disso, nem todas as leis são totalmente adequadas se considerarmos a evolução de conceitos e práticas sociais (SASSAKI, 2006, p.151).

Como já observado, não basta leis que garantem esses direitos ao mercado de trabalho, é preciso que tenhamos consciência de que se faz necessário uma qualificação. Quanto às demais leis, como por exemplo, as que garante a gratuidade do transporte, acesso adequado em ônibus e prédios, educação de qualidade, etc. devem ser cobradas para que sejam de fato executadas como parte dos direitos dos cidadãos sem que haja questionamento desses direitos.

Quanto ao método de ensino para a boa alfabetização da pessoa com deficiência auditiva, segundo a diretora da escola, é utilizada em primeiro momento a forma concreta e posteriormente passando para o abstrato, utilizando a Libras.

Ainda segundo a diretora, as dificuldades de se alfabetizar uma PcD auditiva está no fato de os responsáveis pelos alunos não saberem LIBRAS, em sua maioria, ficando a aprendizagem centrada quase que totalmente na escola. Outro detalhe importante é a dificuldade da pessoa surda compreender a Língua Portuguesa, uma vez que alfabetizá-la é ensinar outra língua, considerando que ela faz uso da língua de sinais que é a sua língua materna.

Como já afirmava Quadros (1997), a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua, portanto segundo ela, faz-se necessário, no desempenho da aprendizagem, o uso da língua de sinais quando o uso do recurso da oralidade é usado sistematizadamente. Nesse sentido sua análise sobre a questão conclui que:

O bilingüismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, P. 27).

Para o desempenho satisfatório do bilingüismo, é necessário que a criança desde cedo aprenda de forma correta a LIBRAS para posteriormente aprender a língua portuguesa.

Quanto à relação aluno x professor, dentro do NESPE isto se dá de forma satisfatória, segundo a diretora. Os alunos encontram na figura do professor a confiança e a aceitação que muitas vezes não recebem de suas famílias. Ainda segundo ela, são proporcionados aos alunos momentos de troca com os ouvintes, entretanto, cabe à família estreitar os laços sociais.

Considerando que a maioria das crianças surdas que chegam as escolas são filhos de pais ouvintes, ao chegar à escola ela se identificaram com os surdos adultos ao primeiro contato, pois ele faz parte da mesma comunidade cultural, social e lingüística, segundo Quadros (1997).

Nota-se que não é um problema da criança por ela ser surda, ainda segundo Quadros (1997, p. 29), mas “(...) um problema social que pode gerar conseqüências irreversíveis no desenvolvimento da criança caso não seja oferecido a ela o direito de ter acesso à aquisição de uma língua de forma natural”.

Quanto ao desempenho do aluno em sala de aula, ao responder sobre a questão a diretora do NESPE nos relatou que muito dos alunos são dispersivos, principalmente por estar, em grande parte, com distorção idade/série. Contudo não apresentam problemas graves de indisciplina.

Ainda quanto à questão do desempenho da criança surda em sala de aula, nota-se que, a criança filha de pais surdos tem melhor desempenho em sala de aula que as crianças filhas de pais ouvintes uma vez que existe maior entendimento entre eles por fazerem uso da mesma língua nativa.

Para sugerir uma aproximação é preciso reconhecer uma distância, determinada pelos usos distintos do corpo e das modalidades lingüísticas. Os estudantes surdos usam, preferencialmente, a língua de sinais, envolvendo o corpo todo, no ato da comunicação. A comunicação viso-gestual, não-cotidiana para os ouvintes, produz forma de apreensão, interpretação e narração do mundo a partir de uma cultura visual. Os educadores e demais profissionais envolvidos no espaço escolar, na melhor das hipóteses, são “estrangeiros” que se aproximam da língua de sinais e da cultura visual, mas privilegiam, pelo hábito e pela própria cultura, a modalidade oral-auditiva, a fala, como ato cotidiano de comunicação (SKLIAR, 2005, p. 41).

Skliar faz essa observação para melhor explicar o que acontece com as pessoas durante o convívio social, onde a dificuldade de entendimento entre elas pode trazer o afastamento umas das outras e que isto, no decorrer do tempo, pode trazer conseqüências graves como o afastamento. Sendo assim a dificuldade de se alfabetizar um aluno com deficiência auditiva torna-se real quando

profissionais não dominam a LIBRAS. E outra dificuldade se encontra, como já citado anteriormente é a questão da conversão do português para LIBRAS, uma vez que os sentidos se modificam com essa conversão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos discutir sobre a questão da educação para pessoa com deficiência auditiva visando uma aproximação das políticas de educação implementadas no município de São Pedro da Aldeia, sob a perspectiva de analisar de proteção social e o cumprimento de políticas que garantem uma educação de qualidade para todos, segundo Ministério da Educação.

A partir do resgate da história da deficiência e suas formas de tratamento para pudemos fazer uma análise dos avanços na trajetória do “tratamento” dado a estas pessoas de acordo com a historicidade, segundo Silva (2008),

As mudanças constantes de terminologias (inválido, incapaz, deficiente, pessoa deficiente, pessoa portadora de necessidades especiais, pessoas portadoras de deficiência e pessoa com deficiência) explicam a evolução ocorrida nas diversas sociedades e as conseqüentes modificações e avanços nos valores e significados para a mesma sociedade em relação à pessoa com deficiência (SILVA, 2008, p. 86).

No tocante a educação, como tema central do trabalho em questão, podemos notar que os avanços foram consideráveis se observarmos que desde a primeira instituição fundada em Paris em 1770 até início do século XIX, quando as iniciativas individuais coletivas e institucionais determinam o avanço na área da educação especial e mais tarde, no Brasil, a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES -, exatamente em 26 de setembro de 1857, até o presente momento, quando Corrêa (2005), destaca que a educação especial apresenta uma trajetória de avanços e conquistas:

“A trajetória de Educação Especial da Idade Média até os dias de hoje mostra que, apesar do desconhecimento e do preconceito, iniciativas isoladas de estudiosos, que acreditaram na potencialidade do indivíduo deficiente como uma pessoa com direitos e singularidades que precisava ser educado, favoreceram as conquistas neste campo (CORRÊA, 2005, p. 27).

Pensando neste sujeito é que devemos nos conscientizar que é necessário continuar o trabalho de desenvolvimento de uma educação com propósitos de atender as mais diversas singularidades e especificidades.

Quanto ao propósito do trabalho pode-se notar que no município a educação especial está sendo tratada com muita seriedade e esforços buscando o aprimoramento de um atendimento

educacional especializado que caminha para garantir, futuramente, as reais expectativas de seus usuários.

Está sendo usada a metodologia da língua de sinais como instrumento educacional, o que tem sido bastante significativo para os alunos, pois além de proporcionar um desempenho satisfatório no desenvolvimento do conhecimento por parte dos alunos também tem proporcionado o desenvolvimento do conhecimento da língua de sinais por parte de alguns alunos que ainda não a dominam.

Segundo Skliar (2005), o uso da língua de sinais permite desenvolver um método eficaz a partir do momento que sustenta um projeto mais amplo em relação ao plano de estudo. Já para Quadros o uso da língua de sinais se torna viável pelo fato de permitir a metodologia do bilingüismo uma vez que ao ser reconhecida como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural. Contudo, ainda falta muito para melhorar, em todas as modalidades de ensino.

A viabilização dos direitos previstos pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Em seu Art. 2º (inciso I a) garante a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

Neste sentido esforços estão sendo feito na direção de melhora na perspectiva da inclusão social. O objetivo, segundo Sassaki (1999), era mostrar as possibilidades e os desafios de um processo lento, que deve ter o Estado como o responsável pelas ações no provimento do acesso aos sistemas sociais gerais: trabalho, educação, saúde, dentre outros.

Conclui-se que muito ainda tem que avançar na discussão de metodologias que venham atender de forma eficaz as expectativas de pais e alunos na questão da educação. Por esse motivo conclui-se que a temática é de extrema relevância para o serviço social e outros segmentos profissionais. Acredita-se que é imprescindível dar continuidade ao tema e que estudo possa fomentar as discussões quanto a contribuição do assistente social na questão da educação visando uma reflexão das questões existentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, Maria LT. **Conceituando Deficiência**. Revista Saúde Pública. V.34, nº 1, fevereiro, 2000. Universidade de São Paulo, Brasil. Faculdade de Saúde Pública.

BENTO, Nanci Araujo. **Educação Inclusiva Para Surdo: verdade ou ficção?** in: Múltiplos atores e Saberes na Educação de Surdos. VIII Congresso Internacional e XIV Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro, Setembro de 2009.

CANZIANI, M. L. A integração da pessoa portadora de deficiência no contexto educacional. Revista Vivência, Florianópolis, nº 13, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre Cidadania e Modernidade**. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro. Nº 1, p. 145-146. 1º semestre, 1997.

CORRÊIA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. V. 1. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

GRESS 7º Região – RJ. **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, março/2007.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Secretaria de Educação Especial: BPC na Escola. Documento Orientador. Grupo Gestor Interministerial. Brasília DF. 2009.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas Com Deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/ibge1.htm>. Acesso em : 21 de julho de 2010.



- LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá a luz de documentos inéditos**. Paris: L'Édition d'art, 1913.
- LIRA, Guilherme de Azambuja. **O Impacto da Tecnologia na Educação e Inclusão Social da Pessoa Portadora de Deficiência Auditiva**: Tradutor Digital Português x Língua Brasileira de Sinais – Projeto ANA. Revista Forum, nº 9, (jan/jun). Rio de Janeiro – INES, 2004.
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. Vol. 14, Nº 2. São Paulo Abr/jun 2000. Encontrado em: <http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 27 de julho de 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; CARNEIRO, Janderson Bax. **Os índios na História da São Pedro de Cabo Frio – Séculos XVII-XIX – Rio de Janeiro, Graflina, 2010.**
- MOTA, Ana Elizabete. **A Nova Fábrica de Consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social 2º ed.- São Paulo: Cortez, 2000. ( 98 ).
- OMOTE, Sadao. **Perspectivas Para Conceituação de Deficiências**. Revista Brasileira de Educação Especial, 1996.  
Disponível em: <http://www.abpee.net/tabeladasrevistasdaassociacao.htm>
- PASTORE, José. **Oportunidades de Trabalho para portadores de deficiência**. 2/ edição. São Paulo: LTr, 2000.
- PERLIN, T. T. Gladis. **Identidades Surdas** In SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005, 3º edição.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Situando as Diferenças Implicadas na Educação de Surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista, Florianópolis, nº 05, 2003.

Disponível em: [HTTP://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista\\_05/05\\_quadros.pdf](HTTP://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/05_quadros.pdf)

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. **Deficiência auditiva** – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2001.

RIBAS, João B. Cintra. **O Que São Pessoas Deficientes?** Coleção Primeiros Passos, S.P: Brasiliense, 1985.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização Natural**. Revista Fórum n° 9, (jan/jun), Rio de Janeiro. INES, 2004.

SANTOS, Maria da Glória Schaper dos. **Educação Especial**. V.2 2° ed.- Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Pessoas com Deficiência e os Desafios da Inclusão**. **Revista Nacional de Reabilitação**. Comentários: Publicação na edição de julho/agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7° edição. Rio de Janeiro, WVA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3° edição. Rio de Janeiro: WVA, 19\_99.

\_\_\_\_\_. **Como chamar as pessoas com deficiência?** In SASSAKI, Romeu Kasumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12 – 16.

SILVA, Mayara Paratella Almeida. Departamento de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (DEPD): **Análise da realidade de Juiz de Fora na inserção das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Serviço Social de Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação de Surdos:** A aquisição da linguagem. Artmed. 1997.

SKLIAR, Carlos. (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3º ed. – Porto Alegre: Mediação, 2005.

TENOR, Ana Claudia. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu.** PUC-SP, 2008. Disponível em:

<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/urs/share/documents/AnaClaudiaTenor.pdf>

Acesso em: 05 de abril de 2011.

## **DOCUMENTOS LEGISLATIVOS**

**BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, 1990b.

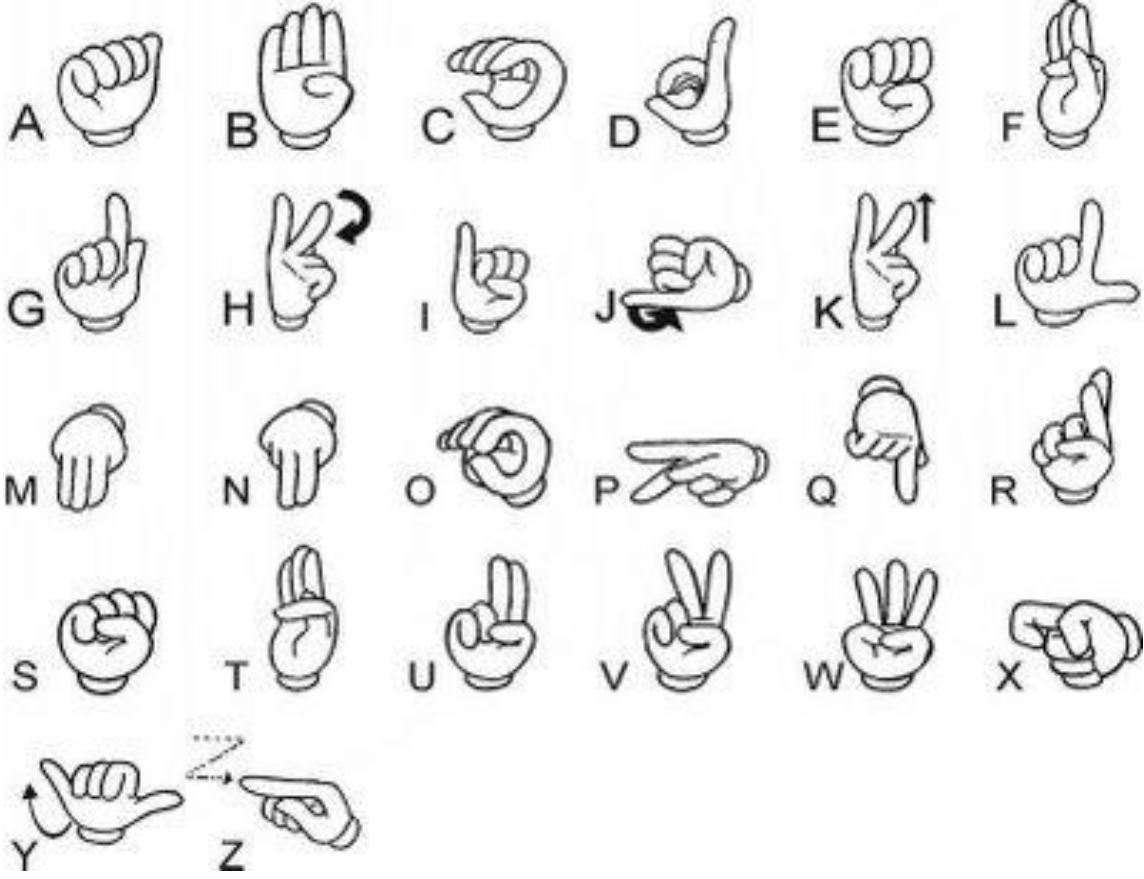
\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de sinais – LIBRAS – e dá outras providências. Brasília, 2002.

## **ANEXOS**

# ALFABETO MANUAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa que visa a colher dados para elaboração de uma monografia de Serviço Social. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar ou retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas através de uma entrevista previamente elaborada. Será assegurado o sigilo sobre sua participação caso julgue necessário. Os dados não serão divulgados de forma possibilitar sua identificação (a pesquisadora protegerá e assegurará a privacidade através de pseudônimo). Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço institucional do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**Universidade Federal Fluminense / Pólo Universitário de Rio das Ostras**

**Endereço:** Rua Recife, s/n, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras – RJ

CEP: 28890-000

Tel: (22) 2760-0848 / Tel/fax: (22) 2764-9164

---

**Lisete Reis Martins**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

**Sujeito da pesquisa**

## ENTREVISTA COM ALUNOS

**Participante n° ( )**

**Caracterização:**

1) Sexo: F ( ) M ( )

2) Idade: \_\_\_\_\_anos.

3) Tipo de deficiência:

4) Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) 2° grau completo

( ) 1° grau incompleto ( ) curso técnico/profissionalizante

( ) 1° grau completo ( ) 3° grau incompleto

( ) 2° grau incompleto ( ) 3° grau completo

**Educação Especial**

5) Como você chegou à escola? (família colocou, o aluno que pediu?)

6) Você estudou em outro tipo de escola anteriormente? Como foi essa experiência?

7) Há quanto tempo você frequenta a escola?

8) Quando entrou para a escola você gostou? Como foi sua inserção na escola?

9) O convívio com os colegas foi bom? Isso te ajudou na escola? Como foi o convívio com os colegas?

10) A amizade com os colegas é boa? Você aprendeu alguma coisa nova com eles?

11) Você achou/acha fácil aprender ler e escrever?

12) Você considera que os professores estão preparados?

13) É fácil ou difícil aprender a língua portuguesa?

14) A escola oferece condições adequadas para seu aprendizado?

15) O que poderia ser feito para ela melhorar? Quais as facilidades e dificuldades que você percebe na educação oferecida pela escola?

## **Educação e Sociedade**

16) Quanto às amizades, o que você faz quando encontra com um ouvinte que não sabe LIBRAS?

Você considera que sua inserção na escola te ajudou a se comunicar na sociedade?

17) Elas tentam falar ou evitam você? De uma forma geral, as pessoas se comunicam com você?

18) O que a LIBRAS proporciona?

19) O que você acha da forma como os ouvintes tratam os surdos?

20) Existe alguma coisa que pode ser feita para melhorar a vida do surdo? O quê?

21) Você conhece a legislação que se refere às pessoas com deficiência? Acredita que elas estão sendo cumpridas? Por quê?

22) Deseja falar mais alguma coisa?



## ENTREVISTA COM OS PAIS

### Participante n° ( )

- 1) Sexo: F ( ) M ( )
- 2) Idade: \_\_\_\_anos.
- 3) Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) 2° grau completo  
( ) 1° grau incompleto ( ) Curso técnico/profissionalizante  
( ) 1° grau completo ( ) 3° grau incompleto  
( ) 2° grau incompleto ( ) 3° grau completo
- 4) Como era o comportamento do seu filho(a) antes de entrar para a escola?
- 5) Como é o desempenho dele(a) nas atividades escolares?
- 6) O convívio com os colegas foi bom? Ajudou no desenvolvimento dele(a) como aluno?
- 7) E o convívio social melhorou após o seu ingresso no convívio escolar?
- 8) Quais dificuldades ele(a) encontra na aprendizagem?
- 9) A conversão LIBRAS/Português tem sido difícil?
- 10) Quais os maiores entraves?
- 11) Em sua opinião, existe alguma coisa que poderia ser melhorado na escola para maior desempenho do aluno? O quê?
- 12) Em sociedade a criança com deficiência auditiva, normalmente, fica um pouco deslocada por conta de as pessoas geralmente, não saberem falar em LIBRAS. Neste caso como ela se comporta?
- 13) Como as pessoas se comportam quando se depara com uma pessoa surda? Elas tentam se comunicar ou ficam inibidas por não saber a forma de comunicação?
- 14) A pessoa com deficiência auditiva quando em contato com uma ouvinte ela tenta se comunicar, mesmo a ouvinte não sabendo Libras. Certo? Quando consegue algum progresso qual a reação dela?
- 15) Qual sua análise final sobre o desenvolvimento de seu (sua) filho (a) após o convívio escolar?